

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA
CURSO DE ENFERMAGEM

Pâmela Fernanda de Moura Herber

RISCOS OCUPACIONAIS ENVOLVENDO
A SAÚDE DOS AGRICULTORES DE TABACO

Santa Cruz do Sul

2025

Pâmela Fernanda de Moura Herber

**RISCOS OCUPACIONAIS ENVOLVENDO
A SAÚDE DOS AGRICULTORES DE TABACO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Enfermagem da
Universidade de Santa Cruz do Sul –
UNISC, como requisito parcial do título
de Bacharel em Enfermagem

Orientador: Enfª. Drª Luciane Maria Schmidt Alves

Santa Cruz do sul

2025

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Santa Cruz do Sul, julho de 2025

RISCOS OCUPACIONAIS ENVOLVENDO

A SAÚDE DOS AGRICULTORES DE TABACO

Pâmela Fernanda de Moura Herber

Esta monografia foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora
para obtenção do título de Enfermeiro

Foi aprovado em sua versão final, em 04/07/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Orientador. Dra Luciane Schmidt Alves Prof.^a Dr.^a Enf.^a Anelise Miritz Borges

Prof.^a Dr.^a Enf.^a Mari Ângela Gaedke

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por todas as bênçãos, proteção e por sempre guiar meus passos, mesmo nos momentos de maior incerteza.

À minha orientadora, professora Luciane, pela paciência, dedicação e por sempre incentivar a busca pelo conhecimento com sensibilidade e compromisso. Sua orientação foi essencial na construção deste trabalho.

Aos meus pais e ao meu irmão, que são exemplo de força, amor e humanidade. Agradeço por todo o apoio, incentivo e por acreditarem em mim em cada etapa dessa jornada. Em vocês encontrei o amparo necessário para continuar.

Aos meus colegas de curso e amigos, por tornarem essa caminhada mais leve e os dias mais felizes. Cada um contribuiu de maneira única.

À Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, e aos professores do curso de Enfermagem, por toda a base teórica, prática e humana oferecida durante minha formação profissional.

Aos trabalhadores rurais que gentilmente aceitaram participar deste estudo e compartilharam suas vivências. Sem vocês, esta pesquisa não seria possível.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, deixo aqui minha mais sincera gratidão.

RESUMO

A fumicultura representa uma das principais fontes de renda para a agricultura familiar, garantindo a comercialização de sua produção. No entanto, existem vários riscos à saúde dos fumicultores no ambiente de trabalho, incluindo riscos mentais, ergonômicos, físicos e químicos. A exposição dos trabalhadores ocorre, na maioria dos casos, por falta de informações e de ações educativas por parte dos profissionais da saúde. Este estudo teve como objetivo conhecer a percepção dos agricultores, produtores de tabaco, sobre a existência de riscos ocupacionais e agravos à sua saúde nas localidades da zona rural de um município do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo qualitativo com caráter exploratório e descritivo, utilizando entrevistas como método de coleta de dados. O estudo foi realizado em pequenas propriedades rurais em um município de pequeno porte do interior do Estado do RS. A longa permanência no trabalho agrícola dos entrevistados, que varia de 8 a 45 anos de trabalho, revela uma exposição constante a elementos como defensivos agrícolas, atividades fisicamente exaustivas e altos níveis de estresse. Embora todos reconheçam a importância do uso correto dos EPIs para a saúde, os entrevistados ainda não sabem descrever o porquê. Os participantes do estudo foram agricultores, residentes no município onde foi realizada a pesquisa. Possuem idade entre 25 a 56 anos de idade. Cerca de 80% dos entrevistados é proprietário de suas terras. Todos os agricultores entrevistados (100%) relataram utilizar agrotóxicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em suas atividades na lavoura. Os dados revelam que, embora apenas 10% dos entrevistados relatem sintomas clássicos de intoxicação por agrotóxicos, há uma dificuldade expressiva em distinguir esses sintomas daqueles causados pela Doença da Folha Verde do Tabaco. Em torno de 80% mencionaram dores associadas ao serviço na lavoura. Aproximadamente 90% relataram se sentir estressados e/ou sobrecarregados diante do trabalho. É evidente a baixa procura pelo serviço de saúde. Portanto, conclui-se que é fundamental implementar programas de sensibilização e educação em saúde, fornecendo informações sobre os graves riscos à saúde, com o intuito de proteger a saúde dos fumicultores e promover um ambiente de trabalho mais seguro.

Palavras- chave: Enfermagem. Saúde do Trabalhador. Riscos Ocupacionais. Trabalhadores rurais. Educação em saúde.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

DFVT- Doença da Folha Verde do Tabaco

RENAST- Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador

SUS- Sistema Único de Saúde

EPI- Equipamentos de Proteção Individual

RS- Rio Grande do Sul

LER- Lesões por Esforços Repetitivos

DORT- Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

MRSB- Reforma Sanitária Brasileira

CNST- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

PST- Programas de Saúde do Trabalhador

SINAN- Sistema de Informação de Agravos de Notificação

MS- Ministério da Saúde

FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

OMS- Organização Mundial da Saúde

CQCT- Convenção Quadro para o Controle do Tabaco

UNISC- Universidade de Santa Cruz do Sul

PIB- Produto Interno Bruto

APS- Atenção Primária à Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETIVOS.....	12
2.1. OBJETIVO GERAL.....	12
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
3. JUSTIFICATIVA:.....	13
4. REVISÃO DA LITERATURA:.....	15
4.1. SAÚDE OCUPACIONAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR.....	15
4.2. A PRODUÇÃO DO TABACO NO BRASIL.....	17
4.3. RISCOS OCUPACIONAIS NO MEIO RURAL.....	20
4.4. Doença da Folha Verde do Tabaco VERSUS Intoxicação:.....	22
5. METODOLOGIA:.....	26
5.1. TIPO DE ESTUDO:.....	26
5.2. CAMPO DO ESTUDO:.....	27
5.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA:.....	28
5.4. COLETA DE DADOS:.....	28
5.5. ANÁLISE DOS DADOS:.....	29
5.6. INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:.....	30
5.7. ASPECTOS ÉTICOS:.....	31
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO:.....	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	42
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	44
9. ANEXOS E APÊNDICES:.....	50

1. INTRODUÇÃO

A saúde do trabalhador representa um campo interdisciplinar vital, que abrange práticas e conhecimentos técnicos, sociais, políticos e humanos. Esse campo é fundamental para a análise e intervenção nas relações de trabalho que podem levar ao surgimento de doenças e agravos. Com um enfoque multifacetado, a saúde do trabalhador busca não apenas entender as condições laborais, mas também promover ações de promoção, prevenção e vigilância, alinhando-se aos princípios da Saúde Coletiva. Essa abordagem integrada é essencial para garantir um ambiente de trabalho saudável e minimizar os riscos que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018).

Na década de 1980, diversos estados brasileiros implantaram Programas de Saúde do Trabalhador. Esse movimento ganhou força com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que consolidou os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). No mesmo ano, a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador reuniu representantes sindicais, profissionais da saúde, pesquisadores e a sociedade civil para debater diretrizes voltadas à proteção dos trabalhadores. Com a Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS, a saúde passou a ser reconhecida como um direito social, o que inclui o direito a um ambiente de trabalho seguro, acesso aos serviços de saúde e políticas públicas que assegurem o bem-estar dos trabalhadores (SCHMIDT; FRANTZ, 2017).

Entre as estratégias para implementar ações em saúde do trabalhador, destaca-se a criação da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (RENAST) em 2002. Essa rede foi concebida para promover a integração dos serviços de saúde e garantir que os trabalhadores tenham acesso a cuidados adequados e eficientes. A RENAST visa fortalecer a vigilância à saúde, a prevenção de doenças e a promoção de um ambiente de trabalho saudável, contribuindo para a proteção e valorização dos direitos dos trabalhadores em todo o Brasil (SCHMIDT; FRANTZ, 2017).

O setor agrícola, além disso, depende da implementação de práticas que não só preservam o meio ambiente, mas também asseguram boas condições de saúde para os trabalhadores (URIO *et al.*, 2020). O ambiente de trabalho rural está cercado

por diversos fatores de risco — tecnológicos, econômicos, sociais e organizacionais —, que afetam diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores. Esses riscos ocupacionais podem ser classificados como químicos, físicos, mecânicos, ergonômicos e psicossociais.

No contexto do cultivo do tabaco, os fumicultores estão expostos a uma variedade de riscos ocupacionais que comprometem sua saúde. Entre os principais riscos, destacam-se os problemas osteoarticulares, decorrentes de posturas inadequadas e esforços repetitivos, caracterizando riscos ergonômicos. Além disso, a exposição prolongada à radiação solar representa um risco físico, podendo levar a doenças dermatológicas e outras complicações. O uso de agrotóxicos é uma preocupação significativa, envolvendo riscos químicos, com potenciais intoxicações agudas e crônicas. Também são comuns as exposições respiratórias devido à inalação de substâncias presentes nas folhas e produtos químicos, além do estresse e da sobrecarga emocional que caracterizam os riscos mentais. Por fim, a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT), uma condição específica relacionada ao manuseio do tabaco, também se destaca como um risco relevante para esses trabalhadores (CEZAR-VAZ; CARGNIN, 2019).

O trabalho no setor agrícola exige um esforço físico intenso e um alto gasto energético, muitas vezes, inadequado para o corpo humano. Os trabalhadores, sob a pressão da economia de mercado, focam na comercialização de seus produtos para garantir a subsistência, muitas vezes sem perceber os riscos à saúde que enfrentam no ambiente de trabalho (CARDOSO, 2021). A exposição prolongada ao sol, por exemplo, pode causar lesões de pele benignas e até aumentar o risco de câncer de pele. O uso constante de equipamentos como motosserras, colheitadeiras e tratores pode resultar em perda auditiva progressiva, além de contribuir para fadiga, irritabilidade, elevação da pressão arterial e distúrbios do sono. Também são comuns acidentes envolvendo animais peçonhentos e doenças respiratórias, como asma e pneumonia por hipersensibilização (CARDOSO, 2021).

A utilização de agrotóxicos na agricultura teve início nos Estados Unidos na década de 1950, difundindo pelo Brasil em 1960, especialmente a partir de 1970, com a implementação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas. Esse

programa teve como objetivo aumentar e melhorar a produtividade das lavouras (RICHARTZ, 2021).

Nessas condições, o produtor rural está diretamente impactado pelos efeitos das substâncias químicas utilizadas no campo. Diante disso, o que evidencia a necessidade de adotar medidas de promoção e proteção à sua saúde. O uso de agrotóxicos é frequente em todas as etapas do cultivo do tabaco, configurando-se como um grave problema de saúde pública e ambiental. Estima-se que, na última década, ocorreram cerca de sete milhões de casos de intoxicação e 70 mil mortes relacionadas ao uso de agrotóxicos (FREITAS; GARIBOTTI, 2020). O Brasil é, atualmente, o maior consumidor global de agrotóxicos, resultando em uma alta taxa de intoxicações entre trabalhadores rurais, que são responsáveis por elevada morbimortalidade, além de incorrer em elevados custos com saúde e sérios prejuízos ambientais (BERNARDES, 2021; OKUYAMA, 2020).

O Brasil se destaca como o líder mundial em exportação de tabaco e ocupa a segunda posição global na produção dessa cultura. O Rio Grande do Sul é o estado que se sobressai como o maior produtor de tabaco no país. Contudo, o cenário da produção tabagista apresenta implicações prejudiciais tanto para o meio ambiente quanto para a saúde das famílias envolvidas nesse cultivo (CASARIL, 2019).

Embora o setor agrícola desempenhe um papel crucial no desenvolvimento econômico do Brasil, com 5,4% do Produto Interno Bruto entre 2010 e 2013, o cultivo do tabaco se concentra predominantemente na região Sul, sendo realizado, na maioria das vezes, por pequenos agricultores (CARDOSO, 2021). Esses trabalhadores dependem do cultivo do tabaco como sua principal fonte de renda, destinando parte de suas terras à produção de alimentos para subsistência ou comercialização em áreas urbanas, funcionando como uma renda secundária (HEEMANN, 2009; RIQUELMO; HENNINGTON, 2014; GEHLBACH *et al.*, 1974).

O cultivo do tabaco está intimamente ligado às indústrias fumageiras, que fornecem insumos e orientações técnicas através de orientadores agrícolas em troca do tabaco processado. Essas empresas também disponibilizam, mediante custo, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para os fumicultores

durante a safra, como medida de prevenção contra doenças, especialmente aquelas associadas ao cultivo, como a DVFT e a intoxicação por agrotóxicos (OLIVEIRA; COSTA, 2012; TRAPÉ-CARDOSO *et al.*, 2003). Tanto a DVFT quanto a intoxicação por agrotóxicos podem ser prevenidas com o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), destacando a importância de medidas de segurança para proteger a saúde dos trabalhadores (Freitas; Garibotti, 2020). No entanto, muitos fumicultores ainda desconhecem ou não utilizam adequadamente esses recursos. Estudo realizado em Pelotas (RS) revelou que 51% dos agricultores não faziam uso de EPIs em suas atividades diárias (SILVA, 2013).

O tipo de tabaco mais cultivado no Brasil é o tabaco Virgínia, também conhecido como fumo de estufa. Para o cultivo desse tipo, o fumicultor deve colher as folhas individualmente e secá-las em estufas com temperatura controlada. A planta do tabaco Virgínia é alta, possui folhas grandes e lanceoladas, com um sabor e aroma suaves, sendo amplamente utilizada na fabricação de cigarros e cachimbos. É importante ressaltar que as folhas desse tipo de tabaco contém nicotina, substância que pode prejudicar a saúde do fumicultor devido à exposição prolongada (LIBUY, 2006; BARTOLOMAY *et al.*, 2008).

Conforme ressaltado por Siqueira e Kruse (2008), a exposição dos trabalhadores a riscos ambientais frequentemente decorre da falta de informações e ações educativas. Essa lacuna contribui para a adoção de estratégias de proteção inadequadas, como a não utilização ou o uso incorreto dos EPIs durante o contato com agrotóxicos, evidenciando a necessidade urgente de intervenções educativas e preventivas.

Nesse contexto, é fundamental que a Enfermagem, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), compreenda os processos de trabalho e os fatores que desencadeiam o adoecimento dos fumicultores. A atuação interdisciplinar e a implementação de estratégias educativas são essenciais para a promoção da saúde, prevenção de agravos e fortalecimento da autonomia dos trabalhadores. A educação em saúde deve incluir orientações sobre o uso correto de EPIs, descarte adequado das embalagens, medidas de higiene, reconhecimento de sintomas de intoxicação, além do encaminhamento adequado aos serviços de saúde.

O enfermeiro tem um papel central nesse processo, promovendo intervenções diretas e ações preventivas, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. Além disso, é urgente fortalecer políticas públicas que valorizem o trabalho rural, garantindo condições dignas de vida e de saúde para as famílias do campo.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Conhecer a percepção dos agricultores, produtores de tabaco, sobre a existência de riscos ocupacionais e agravos à sua saúde nas localidades da zona rural de um município do Rio Grande do Sul e a existência de ações de assistência à saúde.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil sociodemográfico e ocupacional dos agricultores;
- Avaliar, na visão dos agricultores, a existência de ações de assistência à saúde prestadas pelo município;
- Identificar se os agricultores reconhecem a ocorrência de agravos relacionados ao trabalho no meio rural.

3. JUSTIFICATIVA:

A fumicultura é uma das principais atividades econômicas em muitas regiões do Brasil, especialmente no interior do Rio Grande do Sul. Contudo, o cultivo do tabaco expõe os trabalhadores rurais a diversos riscos ocupacionais, como os de natureza física, química, ergonômica e mental, sendo agravados pela falta de acesso à informação e de ações educativas eficazes por parte dos serviços de saúde.

Estima-se que, na última década, cerca de sete milhões de casos de intoxicação por agrotóxicos tenham ocorrido no Brasil, com cerca de 70 mil óbitos relacionados (PAPPEN, 2019). Além disso, um estudo transversal realizado em São Lourenço do Sul, durante a safra de 2011, com 2.469 trabalhadores, revelou que mais da metade deles trabalhava entre 9 e 12 horas por dia. A análise mostrou, por exemplo, que para mulheres fumantes ou ex-fumantes, o risco de dor na coluna torácica aumenta em 70%. Entre os homens, o manuseio de varas com folhas de tabaco e a limpeza de equipamentos de agrotóxicos aumentam esse risco em 52% e 61%, respectivamente (CARVALHO *et al.*, 2020).

Diante dessa realidade, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), criada pela Portaria GM/MS nº 1.823/2012, é um importante instrumento dentro do SUS, pois orienta ações voltadas à proteção da saúde de quem trabalha, especialmente nos cenários mais vulneráveis. Ela propõe princípios e diretrizes que devem ser seguidos em todas as esferas de gestão — federal, estadual e municipal —, reforçando o compromisso com a promoção de um ambiente laboral mais seguro e saudável.

O principal objetivo dessa política é garantir cuidado integral à saúde do trabalhador, com destaque para a vigilância em saúde. Isso significa agir antes que o problema aconteça, prevenindo doenças e agravos relacionados às condições e processos de trabalho. Além disso, busca-se reduzir os impactos negativos causados pelos atuais modelos de produção, muitas vezes marcados por exigências físicas, emocionais e exposição a substâncias perigosas.

No SUS, a saúde do trabalhador é cuidada por meio da articulação entre ações individuais — como o atendimento direto a quem adoece — e ações coletivas, que envolvem a promoção da saúde e a prevenção de riscos no ambiente de trabalho. Tudo isso com base no diálogo entre os conhecimentos técnicos dos profissionais de saúde e os saberes práticos e experiências vividas pelos próprios trabalhadores.

Desse modo, a PNSTT reforça a importância de um sistema de saúde que não apenas trata, mas também escuta, orienta e atua junto aos trabalhadores, construindo um caminho para ambientes de trabalho mais justos, humanos e saudáveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, [s.d.]).

Os profissionais de enfermagem têm um papel essencial na saúde dos trabalhadores rurais. São eles que ajudam a pensar em estratégias, orientar e cuidar de quem está exposto a tantos riscos no campo, como é o caso dos fumicultores. Muitas vezes, as pessoas acabam se expondo a agrotóxicos e outros riscos justamente por falta de informação e de orientações adequadas. Essa situação poderia ser evitada com ações educativas mais presentes e acessíveis (ALVES,2017).

Por isso, é muito importante que os enfermeiros conheçam bem os riscos envolvidos no cultivo do tabaco, desde o plantio até a colheita, e saibam identificar em quais momentos os trabalhadores estão mais vulneráveis. Além disso, é fundamental que dominem as práticas seguras de manuseio e armazenamento dos agrotóxicos, bem como o uso correto dos equipamentos de proteção individual (ROCHA, *et al.*, 2015).

Essas orientações precisam ser passadas de forma clara, compreensível e com empatia, para que os trabalhadores entendam o porquê de cada cuidado e a sua importância. Para que esse trabalho aconteça da melhor forma, é necessário investir na capacitação dos profissionais de saúde, especialmente dos enfermeiros. Assim, eles estarão mais preparados para proteger, prevenir e promover a saúde de quem vive do trabalho no campo (ASCARI, *et al.*, 2012).

Outro motivo que levou a pesquisadora a se interessar pela temática é que o estudo foi desenvolvido no município de sua origem, onde se percebe uma carência

de informações sobre o tema. Portanto, a pergunta central da pesquisa é: Qual a percepção dos agricultores, produtores de tabaco, sobre a existência de riscos ocupacionais e agravos à sua saúde?

4. REVISÃO DA LITERATURA:

4.1. SAÚDE OCUPACIONAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR

O campo da saúde do trabalhador surgiu em um contexto político marcado pela organização e pelas lutas em prol da redemocratização do país, especialmente a partir dos anos 1980, quando diversos atores, provenientes de diferentes esferas e posições sociais, se uniram para questionar as concepções e as políticas públicas de saúde vigentes até então (GOMEZ,2011).

A saúde do trabalhador envolve a compreensão das interações entre trabalho, saúde e doença, dentro de um cenário em constante transformação. Historicamente, essa trajetória iniciou-se com a medicina do trabalho, que tinha o

médico como figura central, enquanto os trabalhadores eram vistos de forma passiva e as doenças eram explicadas por uma única causa.

Com o aumento das críticas aos custos elevados dos problemas de saúde e as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida, a insuficiência desse modelo para tratar os problemas decorrentes dos processos produtivos ficou evidente. Nesse contexto, surge a abordagem da saúde ocupacional, oferecendo ferramentas para intervir nos ambientes de trabalho. No entanto, mesmo com essa abordagem, as ações multidisciplinares permaneceram fragmentadas e, apesar do enfoque multicausal, o modelo ainda apresentava características mecanicistas (HURTADO, 2022).

No Brasil, esse movimento foi acompanhado pela criação de Normas Regulamentadoras (NR), que passaram a regular as relações entre os órgãos fiscalizadores e as empresas. Além disso, houve a criação de departamentos de saúde ocupacional em instituições acadêmicas e governamentais, o que resultou em uma expansão considerável da comunidade. No contexto do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), foi realizada a primeira Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST), com o foco voltado para a determinação dos processos de trabalho. A partir dessa perspectiva, questiona-se a base científica dos conceitos de "limites de tolerância" e "exposição segura", e são utilizados mecanismos como as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho, previstas nas Normas Regulamentadoras desde 1978, para incentivar a participação dos trabalhadores, além dos Programas de Saúde do Trabalhador (PST) para viabilizar as ações (HURTADO, 2022).

Ao transcender a abordagem restrita da saúde ocupacional, a saúde do trabalhador se posiciona na perspectiva de "saúde como direito", em consonância com as diretrizes internacionais e com os princípios estabelecidos no Sistema Único de Saúde (SUS), que objetiva a universalização dos direitos fundamentais (VASCONCELLOS, 2007).

A Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, das Florestas e das Águas, criada em 2011 e revisada em 2013, tem como principal objetivo promover a melhoria do nível de saúde das comunidades rurais, florestais e

ribeirinhas. Essa política busca facilitar o acesso dessas populações aos serviços de saúde, reduzir os riscos à saúde relacionados aos processos de trabalho e às inovações tecnológicas no setor agrícola, além de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas (URIO *et al.*, 2020).

4.2. A PRODUÇÃO DO TABACO NO BRASIL

Na década de 1970, iniciou-se uma redução na produção global de tabaco, impulsionada por movimentos sociais e pelo reconhecimento crescente dos danos provocados pelo consumo deste produto. A mobilização social e os avanços científicos passaram a evidenciar a relação direta entre o tabagismo e o desenvolvimento de diversas doenças, além de destacar o impacto social e econômico dessa cultura em regiões afetadas pela fome e pobreza.

Em resposta a esse cenário, a 52ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em 1999, propôs a criação de um tratado internacional voltado ao controle do tabaco, dando origem à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). O Brasil, que integra essa convenção desde maio de 2003, soma esforços com outros 190 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) para reduzir o consumo de tabaco e proteger as gerações atuais e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas decorrentes dessa prática (Barancelli; Perondi; Trindade, 2018).

Apesar dessas iniciativas, o Brasil permanece entre os maiores produtores mundiais de fumo, ocupando a segunda posição global e liderando as exportações desde 1993. Em 2019, as exportações do setor atingiram 546 mil toneladas, sendo o município de Canguçu (RS) o maior produtor nacional (AFUBRA, 2021). Segundo o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO, 2018), a cultura do tabaco abrange 566 municípios da região Sul, envolvendo mais de 150 mil pequenos produtores e cerca de 600 mil pessoas no meio rural, além de gerar 40 mil empregos diretos nas indústrias de beneficiamento (SANTOS, 2022).

Seis das 15 principais cidades produtoras de fumo no Brasil estão localizadas no Rio Grande do Sul: Canguçu, Venâncio Aires, São Lourenço do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul e Vale do Sol. Chama atenção o fato de que, com exceção de São Lourenço do Sul, todas essas cidades apresenta taxas de suicídio

superiores à média estadual, que é de 12,7 casos por 100 mil habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Além dos impactos sociais e psicológicos, os trabalhadores rurais envolvidos na fumicultura estão expostos a diversos riscos ocupacionais. O Instituto Nacional do Câncer (Inca, 2018) destaca a exposição direta à nicotina, absorvida pela pele durante a manipulação das folhas de fumo, o que pode desencadear a DFVT. Embora a literatura científica nacional ainda seja limitada em relação aos agravos à saúde nessa população, estudos apontam, além da DFVT, a ocorrência de doenças respiratórias, intoxicações por agrotóxicos e acidentes de trabalho (Silva; Riquinho; Mesquita, 2020).

A DFVT é, o agravo mais documentado relacionado à produção de fumo. Seus sintomas se assemelham aos de intoxicações agudas por agrotóxicos, o que dificulta o diagnóstico diferencial. Um estudo realizado em São Lourenço do Sul apontou a associação entre a DFVT e o uso de agrotóxicos, reforçando a importância de uma avaliação cuidadosa por parte dos profissionais de saúde (FASSA *et al.*, 2014).

O reconhecimento precoce e o manejo adequado desses agravos são fundamentais para a segurança dos trabalhadores e para a correta notificação nos sistemas de informação em saúde. A fumicultura representa a principal fonte de renda de inúmeras famílias rurais, especialmente no estado do Rio Grande do Sul (Pappen, 2019).

Segundo o IBGE (2010), O município de Candelária conta com 14.456 habitantes na zona rural, no entanto, 49% da população rural é composta por mulheres, que, apesar de desempenharem papel essencial no cultivo do tabaco, ainda enfrentam invisibilidade e desvalorização no reconhecimento de sua força de trabalho (MESQUITA, 2013).

A população fumicultora de Candelária apresenta perfil predominante de adultos jovens, entre 30 e 39 anos, com 64% dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto (Silva; Riquinho; Mesquita, 2020). Essa baixa escolaridade aumenta a vulnerabilidade desses agricultores, dificultando a compreensão das informações de segurança contidas nos rótulos de agrotóxicos e EPIs.

Entre 2007 e 2018, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) registrou 2.713.732 casos de doenças e agravos relacionados à saúde do trabalhador no Brasil, com destaque 794.410 casos de acidentes de trabalho graves, 1.653 de câncer relacionado ao trabalho, 6.887 de dermatoses ocupacionais, 978.216 de intoxicação exógena, 85.822 de Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares (LER/DORT), 7.169 de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR), 4.434 de pneumoconioses e 10.237 de transtornos mentais relacionados ao trabalho. Além disso, entre 2012 e 2018, foram registrados 450,5 mil afastamentos por doenças ocupacionais (não acidentárias), sendo as condições mais frequentes dorsalgia (dor nas costas), lesões no ombro, sinovite (inflamação das articulações) e tenossinovite (inflamação nos tendões) (SANTOS, 2022).

A literatura destaca que, embora todas as etapas da produção de fumo envolvam riscos, a fase da colheita é a mais crítica. Exige esforço físico intenso, frequentemente realizado em condições climáticas adversas e com posturas inadequadas, o que contribui para o surgimento de doenças musculoesqueléticas, além da exposição direta a agrotóxicos e à nicotina (SANTOS, 2022; IIDA; GUIMARÃES, 2016).

Durante a colheita, usar equipamentos de proteção como vestuário resistente à água (aventais e roupas impermeáveis), luvas, botas e meias e evitar trabalhar com o tabaco e roupas molhadas são medidas de proteção que reduziram o risco do surgimento da DFVT (CARGNIN, 2019).

Estima-se que, no Brasil, aproximadamente 30 milhões de pessoas residam na zona rural. No que diz respeito à DFVT, destaca-se o desenvolvimento de diversos estudos ao longo dos anos. Por exemplo, em 2007, foi realizado um estudo do tipo caso-controle no município de Arapiraca, em Alagoas. Posteriormente, em 2008, outro estudo com o mesmo delineamento foi conduzido em Candelária, no Rio Grande do Sul. Já em 2011, foi realizado um estudo transversal em São Lourenço, também no Rio Grande do Sul. Além disso, em 2015, um estudo do tipo coorte foi novamente desenvolvido no município de Candelária (FASSA *et al.*, 2014; MARTINS *et al.*, 2016; FOTEDAR & FOTEDAR, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2010).

A realidade do agricultor inclui também a escassez de maquinário adequado devido à topografia irregular e ao tamanho reduzido das propriedades, o que faz com que muitas tarefas ainda sejam realizadas de forma manual (SANTOS, 2022). Os principais agravos à saúde incluem doenças respiratórias, dermatológicas, transtornos mentais, intoxicações, lesões por esforços repetitivos e até câncer (HEEMANN, 2009; ALVES; GUIMARÃES, 2012).

Lida e Guimarães (2016) destacam que a agricultura é uma das profissões mais árduas, pois além de ser um trabalho desestruturado, não oferece postos fixos e exige a realização de diversas tarefas, que variam entre si. Na agricultura, muitas atividades são realizadas em posturas inadequadas, exigindo grande esforço muscular e exposição direta ao sol, chuva e frio (SANTOS, 2022). Além disso, as condições de trabalho, que muitas vezes incluem longas jornadas sob o sol intenso e a falta de equipamentos de proteção, podem levar a desidratação. A dependência do tabaco também pode resultar em problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão.

Portanto, é crucial que haja uma atenção especial às condições de trabalho e à saúde desses agricultores, a importância da atuação da equipe de saúde, incluindo o profissional de enfermagem, na identificação precoce dos agravos, na educação em saúde, na promoção do uso seguro de EPIs e no fortalecimento das ações de vigilância em saúde do trabalhador. A adoção de práticas seguras, o acesso à informação e a construção de políticas públicas mais inclusivas são passos essenciais para garantir melhores condições de vida e saúde aos agricultores envolvidos na produção de tabaco no Brasil (ALVES, 2017).

4.3. RISCOS OCUPACIONAIS NO MEIO RURAL

Na fumicultura, destacam-se vários riscos para os trabalhadores, incluindo acidentes, jornadas de trabalho exaustivas e exposição a produtos químicos, como agrotóxicos e nicotina. Além disso, há riscos físicos, como calor excessivo e umidade, que podem causar estresse físico e psicológico. Também existem riscos biológicos devido à exposição a fungos e bactérias durante o plantio e outras etapas

de produção, criando um ambiente prejudicial para os trabalhadores (Barancelli; Perondi; Trindade, 2018).

No Brasil, embora o setor agrícola tenha contribuído com apenas 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2010 e 2013, ele desempenha um papel essencial no desenvolvimento econômico e social, especialmente na distribuição de renda e na permanência do trabalhador no campo. Essa atividade exige um esforço físico considerável, demandando alta energia por parte dos trabalhadores, que, em busca de sobrevivência e condicionados pelas exigências do mercado, muitas vezes não percebem os riscos à saúde aos quais estão expostos.

O trabalho agrícola envolve uma estreita relação entre o homem, a terra e a tecnologia. A manipulação direta do solo e das plantas aumenta a exposição dos trabalhadores a agentes nocivos, enquanto a mecanização, embora reduza o contato direto, intensifica o ritmo de produção e, conseqüentemente, a carga de trabalho. Essa dinâmica torna evidente a fragilidade dos agricultores em adotar medidas de proteção adequadas, o que é agravado pela limitação de conhecimento técnico e de práticas seguras no ambiente rural (CARDOSO, *et al.*, 2021).

Entre esses riscos, a exposição prolongada à radiação solar se destaca, podendo resultar em lesões cutâneas benignas e, em casos mais graves, em câncer de pele (REIS, *et al.*, 2017).

Além disso, a exposição a ruídos intensos, provenientes de motosserras, colheitadeiras e tratores, pode levar à perda auditiva progressiva, fadiga, irritabilidade, elevação da pressão arterial e distúrbios do sono (CARDOSO, *et al.*, 2021).

Outros riscos ocupacionais incluem acidentes com animais peçonhentos e a exposição a partículas de grãos, ácaros e pólen, que podem desencadear doenças respiratórias, como asma e pneumonite por hipersensibilidade. Dessa forma, é fundamental que o trabalhador rural esteja ciente dos riscos e que haja intervenções de saúde preventiva e vigilância ocupacional para minimizar os impactos à sua saúde (CARDOSO, *et al.*, 2021).

A fragmentação das tarefas, associada à alta demanda por produtividade, intensifica os riscos ergonômicos, favorecendo o surgimento de doenças musculoesqueléticas, como as LER-DORT. Paralelamente, a exposição prolongada a fertilizantes e agrotóxicos, incluindo fosfatos, sais de potássio e nitratos, representa uma ameaça grave à saúde dos fumicultores, podendo ocasionar intoxicações agudas e crônicas. Essas exposições estão relacionadas a quadros de hipocalcemia, úlceras gástricas, hemorragias, além de doenças mais severas, como o câncer (CARDOSO, *et al.*, 2021).

A gravidade dessas doenças é intensificada pela dificuldade de identificação precoce e a falta de intervenções profissionais adequadas, o que impede a adoção de tratamentos eficazes, comprometendo ainda mais a saúde desses trabalhadores.

O tempo de trabalho dedicado à fumicultura está diretamente relacionado ao período em que os trabalhadores ficam expostos a diversos fatores nocivos, como os agrotóxicos, a radiação solar e os componentes tóxicos presentes na planta, como a nicotina do tabaco (RATOCHINSKI, 2015). Essas condições de trabalho insalubres favorecem o surgimento de alterações funcionais que impactam tanto a saúde física quanto a saúde mental dos trabalhadores. Nesse contexto, estudos apontam uma associação preocupante entre a exposição crônica a pesticidas e o aumento do risco de transtornos psiquiátricos e de comportamentos suicidas entre os fumicultores (TREVILATO, 2015).

4.4. Doença da Folha Verde do Tabaco *VERSUS* Intoxicação:

O Ministério da Saúde (MS), através da Portaria GM/MS nº 2.472, de 31 de agosto de 2010, incluiu a intoxicação exógena, principalmente aquela provocada por agrotóxicos, na lista de notificação compulsória. Com essa medida, tornou-se obrigatório o registro de todos os casos suspeitos de intoxicação por agrotóxicos no SINAN. A notificação deve ser realizada sempre que houver suspeita de intoxicação, o que abrange qualquer indivíduo que tenha sido exposto a substâncias químicas e apresente sinais e sintomas de intoxicação, bem como alterações laboratoriais que sejam provavelmente ou possivelmente compatíveis com esse tipo de agravo.

Essa ação é fundamental para garantir a identificação precoce dos casos e a implementação de intervenções adequadas na promoção da saúde dos trabalhadores, especialmente aqueles da agricultura, que estão mais vulneráveis a esses riscos. Dentre as atividades agrícolas de destaque no Brasil, o cultivo do tabaco merece atenção especial. Realizado por populações rurais ao longo de aproximadamente um ano agrícola, período conhecido como safra do tabaco, esse processo é dividido em três etapas principais: plantio, colheita e classificação (CARGNIN *et al.*, 2016; RIQUEINHO; HENNINGTON, 2014).

Na primeira fase, o plantio, as mudas são inicialmente produzidas em bandejas, sendo posteriormente transplantadas para o solo adequadamente preparado. Após o desenvolvimento da planta, inicia-se a segunda etapa: a colheita, que ocorre de forma manual com a retirada das folhas de tabaco, as quais são então organizadas e submetidas a processos de secagem em estufas aquecidas (OLIVEIRA; COSTA, 2012). Por fim, na fase de classificação, as folhas secas são separadas conforme critérios estabelecidos pelas empresas fumageiras, que também oferecem suporte técnico aos fumicultores durante todo o ciclo produtivo (SILVEIRA, 2015).

Durante as diversas etapas do cultivo do tabaco, os trabalhadores rurais estão expostos a múltiplos riscos à saúde, que vão desde doenças agudas até o desenvolvimento de agravos crônicos. Entre os principais problemas de saúde destacam-se os distúrbios respiratórios, renais e cardiovasculares, além de acidentes de trabalho e intoxicações por agrotóxicos e pela própria planta do tabaco. Um exemplo específico, ainda pouco reconhecido e subdiagnosticado no contexto da APS, é a DFVT, uma intoxicação aguda resultante da exposição dérmica à nicotina presente nas folhas da planta (RIQUEINHO; HENNINGTON, 2014).

O diagnóstico da DFVT é estabelecido a partir da presença de uma tríade clínica: aumento dos níveis de cotinina (principal metabólito da nicotina), exposição ocupacional direta e manifestação de sinais e sintomas típicos de uma intoxicação aguda incluem tontura, dor abdominal, vômitos, náuseas, cefaleia, além de alterações na frequência cardíaca e na pressão arterial. Esses sintomas geralmente surgem durante ou logo após o contato com as folhas de tabaco e podem persistir por até 72 horas (SCHMITT *et al.*, 2007; OLIVEIRA *et al.*, 2010; PAPPEN, 2019).

Após a exposição, a nicotina absorvida pela pele é distribuída pela corrente sanguínea, metabolizada no fígado e eliminada principalmente pela urina. A cotinina, por sua vez, é reconhecida como o principal biomarcador de exposição à nicotina. É importante destacar que a absorção de nicotina tende a ser significativamente maior quando o contato com as folhas de tabaco ocorre em condições de umidade, como durante a chuva, presença de orvalho ou pelo suor do trabalhador (BARTHOLOMAY *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2014; PAPPEN, 2019).

No Brasil, a subnotificação da DFVT é uma realidade preocupante, uma vez que muitos casos deixam de ser diagnosticados ou tratados adequadamente, o que compromete a efetividade das ações de vigilância em saúde do trabalhador. Além do monitoramento da nicotina e cotinina, é fundamental a realização de análises bioquímicas complementares, que incluem a avaliação de parâmetros como creatinina, ureia e enzimas hepáticas. Alterações nesses biomarcadores podem sinalizar agravos renais ou hepáticos relacionados à exposição crônica a agentes químicos presentes no ambiente de trabalho (SILVA, 2007; RAMOS, 2009).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de ações preventivas e educativas, que envolvam tanto a orientação quanto a promoção do uso correto dos EPIs, com vistas a reduzir os riscos ocupacionais aos quais os fumicultores estão submetidos (RIQUINHO; HENNINGTON, 2014).

Os agrotóxicos, classificados como agentes químicos presentes nos processos de produção agrícola, representam um dos principais fatores de risco à saúde desses trabalhadores.

No entanto, os impactos adversos à saúde humana tornaram-se cada vez mais evidentes, tanto em casos de intoxicações agudas quanto crônicas. Nesse contexto, políticas públicas como a vigilância em saúde do trabalhador e o fortalecimento da Atenção Primária em Saúde (APS) são fundamentais para a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro. A adoção de critérios rigorosos no uso dessas substâncias, bem como a intensificação de ações educativas sobre o manejo seguro dos agrotóxicos, são estratégias imprescindíveis (ALVES, 2017).

Dados referentes ao período de 2011 a 2018, no estado do Rio Grande do Sul, apontam a ocorrência de 3.122 casos suspeitos de intoxicação exógena por

agrotóxicos, reforçando a dimensão do problema como uma questão de saúde pública. Dentre os casos notificados, 64% (1.987) correspondiam a homens, e a faixa etária mais afetada foi entre 20 e 49 anos (56%; 1.740 casos). Quanto ao perfil racial, 87% (2.574) dos indivíduos notificados eram brancos, refletindo a composição populacional da região. Em relação à escolaridade, a maior incidência foi entre aqueles com ensino fundamental incompleto, até a 8ª série (23%; 524 casos), e 1,5% dos casos ocorreram em indivíduos sem escolaridade formal (FREITAS; GARIBOTTI, 2020).

Outro dado relevante é a distribuição sazonal das notificações. Observou-se um aumento expressivo dos casos no mês de dezembro, com números quase quatro vezes superiores aos registrados entre junho e julho. Essa variação está diretamente associada ao calendário agrícola das principais culturas da região, como soja, milho e arroz (FREITAS; GARIBOTTI, 2020).

É importante destacar que o risco de intoxicação é agravado pela ausência de orientação técnica e pela escassez de ações educativas, que deveriam ser conduzidas pelas equipes de saúde, sobretudo no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), enquanto porta de entrada do SUS nos territórios rurais (BARBOSA, 2016).

No Rio Grande do Sul, predomina o registro de intoxicações agudas, caracterizadas pela rápida manifestação de sintomas logo após a exposição a níveis elevados do agente tóxico. Nesses casos, a busca por atendimento médico de urgência é comum (FREITAS; GARIBOTTI, 2020). Por outro lado, os quadros crônicos tendem a ser de evolução lenta, com sintomas inespecíficos e, muitas vezes, irreversíveis, resultando em doenças graves ao longo do tempo.

As percepções dos trabalhadores sobre os riscos ocupacionais refletem diretamente sua consciência e comportamento preventivo diante dos perigos inerentes às atividades agrícolas. A compreensão desses riscos influencia a adoção de medidas de segurança e o uso adequado de EPIs (FISCHER, 2002; MENDES, 2005; ARAÚJO *et al.*, 2013; INCA, 2014; Barancelli; Perondi; Trindade, 2018).

Quando utilizados de forma indiscriminada, os agrotóxicos podem causar desde reações cutâneas leves, como dermatites, até doenças crônicas não

transmissíveis, incluindo parto prematuro, infertilidade masculina, neoplasias, além de agravos neurológicos como a Doença de Parkinson e a Doença de Alzheimer. Além dos impactos à saúde humana, os agrotóxicos também causam sérios danos ambientais, reforçando a importância da adoção de práticas agrícolas mais seguras e sustentáveis (BORTOLOTTI, 2020).

5. METODOLOGIA:

5.1. TIPO DE ESTUDO:

Este estudo qualitativo tem caráter exploratório e descritivo. Os estudos qualitativos são caracterizados pela análise aprofundada de um número reduzido de participantes, utilizando métodos como entrevistas, grupos focais e etnografias (CORDEIRO *et al.*, 2023). Dentro dessa abordagem, destacam-se as pesquisas exploratórias, que, conforme seu nome indica, buscam investigar um problema, fornecendo subsídios para uma análise mais detalhada e rigorosa (CORDEIRO, *et al.*, 2023). O objetivo do estudo qualitativo é compreender de forma holística as opiniões, atitudes e comportamentos relacionados a uma determinada temática. Essa abordagem se distancia do foco exclusivo em estatísticas e gráficos, priorizando, em vez disso, as experiências vividas e as narrativas dos participantes. Assim, a pesquisa qualitativa se preocupa em desvendar os significados e os motivos subjacentes que influenciam os fenômenos estudados (CORDEIRO, *et al.*, 2023).

A epidemiologia, em sua abordagem descritiva, analisa a distribuição e a frequência das doenças e agravos à saúde coletiva, levando em conta variáveis relacionadas ao tempo, ao espaço – como o ambiente e a população. Essa análise detalhada do perfil epidemiológico é fundamental para oferecer subsídios que aprimorem o planejamento de políticas e ações voltadas à assistência e à prevenção de doenças, garantindo uma melhor proteção à saúde desses trabalhadores (BARBOSA, 2026; BARANCELLI, *et al.*, 2018).

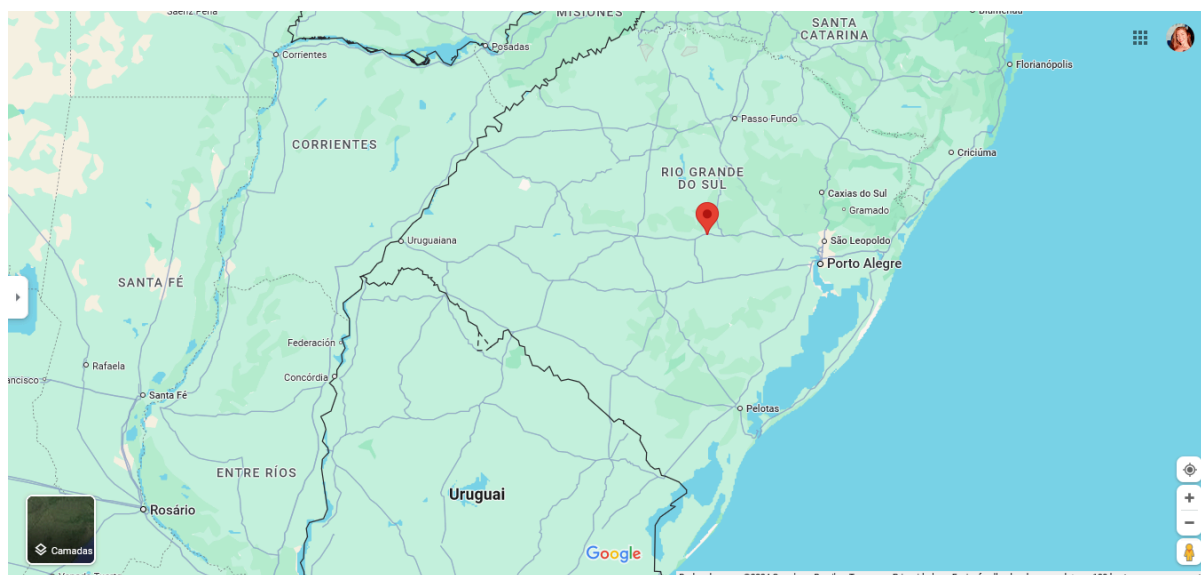
5.2. CAMPO DO ESTUDO:

O estudo foi realizado em pequenas propriedades rurais no município de pequeno porte do interior do estado do RS (Figura 1). Conforme o IBGE, em 2022, a população era de 28.906 habitantes e a densidade demográfica era de 30,6 habitantes por quilômetro quadrado, com uma área de 944 Km. Este município é reconhecido como o quarto maior produtor de tabaco no Rio Grande do Sul, com aproximadamente 4.000 famílias engajadas nesse cultivo (IBGE, 2010). Além disso, já foi cenário de duas pesquisas anteriores sobre a DFVT, consolidando-se como uma referência para estudos nesta área.

O tabaco da variedade Virgínia destaca-se como o mais cultivado na região, devido à sua adaptação favorável ao clima local. Além disso, o cultivo dessa planta constitui a principal fonte de sustento para os agricultores, representando a base da economia do município, em virtude da estreita relação entre os fumicultores, as empresas fumageiras transnacionais e o mercado global. Essas pequenas propriedades, que se dedicam ao cultivo do tabaco, possuem uma área média de 3 a 5 hectares. A maioria dessas propriedades concentra-se exclusivamente no plantio de tabaco, utilizando mão de obra familiar, com a participação de praticamente todos os membros da família, incluindo crianças e idosos. No município, a distribuição do cultivo de tabaco é homogênea em toda a zona rural (PAPPEN, 2022).

De acordo com os dados do CENSO AGRO de 2017, no RS cerca de 70% das propriedades agrícolas utilizam agrotóxicos. Além disso, o Censo também forneceu informações sobre a produção de tabaco. No estado do Rio Grande do Sul, o município de Candelária ocupou a 6ª posição, com aproximadamente 10.477 toneladas de fumo seco produzidas. Em relação ao número de estabelecimentos produtores de fumo, Candelária é o 4º maior do Estado, com 2.060 propriedades dedicadas a essa atividade (IBGE, 2017).

Figura 1 – Localização da cidade do centro do Estado do Rio Grande do Sul, como mostrado o elemento em vermelho na imagem.



Fonte: Google Maps, 2024.

5.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA:

Os participantes do estudo foram agricultores residentes em Candelária/RS. Os critérios de inclusão para os agricultores no estudo foram: famílias residentes na zona rural dedicadas ao cultivo do tabaco, abrangendo indivíduos de ambos os sexos, com idade mínima de 18 anos (maioridade) e máxima de 59 anos (idade máxima dos voluntários). Além disso, os participantes deviam ter a produção de fumo como atividade principal. Critérios de exclusão, incluíam não produzir exclusivamente o tabaco. Segundo o censo de 2010 do IBGE, o município de Candelária possui 14.456 habitantes na zona rural, sendo 7.132 (49%) mulheres (IBGE, 2010).

A amostra foi selecionada aleatoriamente, com foco em famílias sem acesso aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), já que cerca de 50% da população do município não é atendida por esse profissional. Para as áreas desassistidas, foi estabelecida parceria com o Sindicato Rural de Candelária para chegar até essas famílias. Durante o projeto, foram entrevistadas 10 famílias. A amostra foi encerrada quando os dados indicaram saturação, conforme os critérios de Minayo (2014).

5.4. COLETA DE DADOS:

A solicitação formal para o desenvolvimento da pesquisa (ANEXO A) foi encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde e ao Sindicato Rural do município da

pesquisa. Após a assinatura, o documento foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Através do Sindicato Rural foi selecionada uma comunidade associada ao serviço para a realização das entrevistas. No formulário, foi detalhado o compromisso com o anonimato dos participantes, conforme estabelecido pela Resolução 466/12, que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

Após a autorização dos órgãos competentes, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC (CEP) para aprovação. Os dados foram obtidos através de uma entrevista a cada fumicultor elaborada pela pesquisadora (APÊNDICE A), que seguiu um roteiro de questões semi estruturadas sobre as características pessoais, familiares e da unidade produtiva. A realização das entrevistas foi através de visitas domiciliares.

A entrevista semiestruturada é uma técnica utilizada para coletar informações sobre o tema de estudo, sendo uma das abordagens mais comuns em pesquisas de campo. Essa entrevista ocorreu de forma conversacional entre o entrevistador e um ou mais participantes, com o entrevistador tomando a iniciativa de guiar a discussão, visando construir informações relevantes para o objetivo da pesquisa (MINAYO, 2014). A entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, permitindo que o entrevistado explore um tema de forma mais livre, sem se restringir apenas às questões formuladas. Essa abordagem oferece a vantagem de obter respostas mais profundas e contextuais, pois o entrevistado pode compartilhar suas experiências e opiniões de maneira mais detalhada. Se o participante se sentir desconfortável ou constrangido, a entrevista poderia ser interrompida a qualquer momento.

5.5. ANÁLISE DOS DADOS:

As entrevistas foram transcritas, onde os dados objetivos apresentaram o perfil dos entrevistados, enquanto os dados subjetivos foram organizados em categorias.

A técnica de análise temática refere-se à análise de comunicações, com foco na descrição dos conteúdos e das mensagens. Isso permite uma melhor compreensão das condições de recepção e produção dessas mensagens (BARDIN, 2016).

O intuito das técnicas de análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin é realizar uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados, buscando compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos dados. Dessa forma, as técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin contribuem para uma compreensão mais profunda e rigorosa dos dados, permitindo a elaboração de conclusões mais precisas e fundamentadas. As técnicas utilizadas são: análise categorial, análise de avaliação, análise da enunciação, análise proposicional do discurso, análise da expressão e análise das relações (BARDIN, 2016).

5.6. INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:

Neste estudo, a primeira etapa foi a organização dos dados, que incluiu uma leitura detalhada e uma verificação do alinhamento entre as informações coletadas e os objetivos da pesquisa. Em seguida, os dados foram estruturados. Primeiramente, será apresentado o perfil dos fumicultores, seguido pelas quatro unidades temáticas que guiaram as entrevistas: 1) Orientações sobre o uso de agrotóxicos, 2) Uso de EPIs, 3) Assistência nas unidades de saúde e 4) Ações de prevenção aos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho. Depois, foram discutidas as práticas seguras e os riscos à saúde enfrentados pelos fumicultores.

Após a aplicação dos questionários, os participantes receberam um folder informativo (ANEXO D). O conteúdo abordou, por exemplo, o número de casos de intoxicação por agrotóxicos e doenças ocupacionais, e as ações destinadas aos fumicultores expostos a riscos físicos, ergonômicos, mentais e químicos. Além disso, as orientações incluem o uso correto dos EPIs, o descarte adequado de embalagens, práticas de higiene pessoal e o reconhecimento dos sintomas de intoxicação, tanto por agrotóxicos como pela DFVT. Ademais, a divulgação dos resultados retornará ao fumicultor voluntário por e-mail ou outro meio de comunicação fornecido por eles.

5.7. ASPECTOS ÉTICOS:

1a etapa: Foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde do município, a solicitação formal para desenvolvimento da pesquisa. Após a autorização dos órgãos competentes como a secretaria de saúde do município para a realização da pesquisa e a parceria com o Sindicato Rural, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa da UNISC (CEP) para apreciação, encontra-se em anexo (ANEXO A e B).

2a etapa: O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNISC (CEP), segundo número do parecer: 7.281.800, parecer em anexo (ANEXO C).

3a etapa: A partir da aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa foi realizado novamente o contato com o Sindicato Rural para iniciar a coleta de dados. Aos voluntários que aceitaram participar da pesquisa foram lhes apresentados e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) - (APÊNDICE B), com base na resolução nº 466/12 do CEP com seres humanos.

4a etapa: O TCLE esclarece que a identidade dos entrevistados e dos familiares serão mantidas em sigilo em todos os materiais resultantes da pesquisa, garantindo a privacidade e o anonimato (APÊNDICE B).

5a etapa: A coleta de dados foi iniciada e a assinatura do TCLE pelo voluntário e pelo pesquisador, em duas vias. Uma cópia foi entregue ao participante da pesquisa e a outra foi armazenada com o pesquisador por um período de cinco anos.

6a etapa: Todos os participantes foram comunicados que qualquer pergunta, dúvida ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados com a pesquisa, seriam sanados, bem como teriam total liberdade de deixar de participar da pesquisa. Foram assegurados de que não teriam suas identidades reveladas na divulgação dos resultados e que as informações obtidas na pesquisa seriam utilizadas apenas para fins científicos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os resultados serão apresentados em IV categorias:

Quadro 1 – CATEGORIAS

CATEGORIAS
I - Perfil sociodemográfico dos entrevistados
II - O trabalho na fumicultura
III - Uso de agrotóxicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)
IV - Agravos relacionados ao trabalho na fumicultura

I- Perfil Sociodemográfico dos entrevistados: Foram entrevistados 10 casais, com idades entre 25 e 56 anos. A maioria (90%) em união estável ou casada, e 90% possuem filhos, sendo a maioria com até três. Esses dados evidenciam o papel central do trabalho agrícola como pilar socioeconômico da família, especialmente na fumicultura, que frequentemente envolve todos os membros da casa, inclusive crianças.

Além disso, em 2015, um estudo do tipo coorte foi realizado no município de Candelária, com fumicultores apresentou resultados semelhantes, em relação à escolaridade, observou-se que 10% possuem o ensino fundamental incompleto, 60% o fundamental completo, 20% o ensino médio incompleto e apenas 10% têm

ensino superior incompleto. A baixa escolaridade — com 70% dos participantes tendo apenas o ensino fundamental — constitui um fator de vulnerabilidade social, dificultando o acesso a informações sobre saúde, políticas públicas e alternativas de renda (RIBEIRO *et al.*, 2018).

A população de Candelária tem origem alemã, o que se reflete nos dados deste estudo, onde 99% dos agricultores se autodeclararam brancos (IBGE, 2016). Em relação à faixa etária, o estudo de Silva, Riquinho e Mesquita (2020) indica que a maioria dos fumicultores possuem entre 30 e 39 anos (31%), caracterizando uma população predominantemente economicamente ativa e no que diz respeito à escolaridade, 64% possuem ensino fundamental incompleto.

Em relação à posse da terra, 80% dos entrevistados são proprietários e 20% arrendatários. Apesar da aparente estabilidade, todos estão igualmente expostos aos riscos associados à fumicultura, uma atividade reconhecidamente insalubre e que demanda políticas públicas voltadas à diversificação agrícola.

O tempo de atuação na fumicultura varia de 8 a 45 anos, o que revela uma exposição prolongada a diversos fatores de risco, como o uso intensivo de agrotóxicos, esforço físico extenuante e altos níveis de estresse. Os efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde humana são diversos, podendo causar tanto intoxicações agudas quanto crônicas. Conforme Prado (2021), as intoxicações crônicas são especialmente preocupantes, pois decorrem da exposição contínua a essas substâncias e podem se manifestar ao longo da vida, sob a forma de diferentes doenças.

II - O trabalho na fumicultura: Esta categoria temática trata da opinião dos agricultores sobre o trabalho na fumicultura. 100% destaca gostar da atividade por apresentar liberdade. Seis destacaram em relação à liberdade que eles sentem no seu trabalho por serem seus próprios chefes. Conforme as falas abaixo:

Agricultor (a) 1: “Sim, porque tem a liberdade de trabalhar na hora que quer e é seu próprio chefe. Se precisar sair do serviço, sai e depois volta.”

Agricultor (a) 3: “Sim, pois não se compara com outro serviço. Bem melhor. tem a liberdade de trabalho. Você é o seu próprio chefe.”

Além da liberdade, outro aspecto mencionado foi a baixa escolaridade, que limitou as opções profissionais desses trabalhadores. Quatro agricultores relataram não ter tido oportunidade de continuar os estudos, o que os direcionou para o trabalho na lavoura. Esse cenário é evidenciado nas falas:

Agricultor (a) 6: “Sim, gostar é uma palavra forte (Risos), mas é o que nos sobrou, como não tínhamos possibilidade de continuar os estudos, no passado era mais difícil. Hoje tá tudo mais fácil, mas o fumo nos dá renda, vivemos bem. E tem a liberdade da lavoura.”

Agricultor (a) 8: “ Sim, não tivemos chance de continuar os estudos. Então fomos para Lavoura temos a nossa renda, horário flexível. Prefiro caminhar na lavoura do que ficar em casa.”

A análise das falas dos agricultores evidencia uma percepção positiva em relação ao trabalho na fumicultura, especialmente no que se refere à liberdade de organização da própria rotina e à autonomia no ambiente laboral. Ser “seu próprio chefe” é visto como uma vantagem significativa em comparação com trabalhos assalariados, gerando um sentimento de pertencimento e controle sobre o tempo e as decisões. Esse aspecto subjetivo do trabalho é valorizado, mesmo diante das adversidades da atividade. Contudo, essa escolha muitas vezes não é feita em um contexto de múltiplas opções, mas sim em um cenário de limitação de oportunidades, como apontam os próprios entrevistados ao mencionar a baixa escolaridade e as dificuldades enfrentadas para prosseguir com os estudos (KRUG;ALVES,2017; URIO,*et al.*,2020; BARANCELLI, *et al.*, 2018).

A fala do(a) Agricultor(a) 6 é bastante reveladora nesse sentido, ao expressar que a fumicultura foi “o que sobrou” devido à ausência de alternativas educacionais no passado. Isso evidencia como fatores estruturais, como o acesso precário à educação, influenciam diretamente as escolhas profissionais e perpetuam um ciclo de dependência da monocultura do fumo. Pesquisas recentes indicam que o cultivo do tabaco é uma atividade insalubre, o que faz com que os fumicultores enfrentem diversas doenças relacionadas à produção de fumo, afetando sua saúde de múltiplas maneiras. Entre as principais enfermidades que acometem esses trabalhadores estão a Doença da Folha Verde do Tabaco, intoxicações por agrotóxicos, problemas na coluna vertebral, lesões musculoesqueléticas, distúrbios respiratórios e transtornos mentais, como a ansiedade (JOVANA *et al.*, 2023).

III- O uso de Agrotóxicos e EPIs: Todos os agricultores entrevistados (100%) relataram utilizar agrotóxicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em suas atividades na lavoura. Os produtos mais citados incluem herbicidas e fungicidas amplamente utilizados na fumicultura, como Degrotox, Infinito e Evidence. Cerca de 90% afirmou ter iniciado o uso de agrotóxicos logo no início da experiência com o cultivo do fumo, revelando a naturalização do uso dessas substâncias no cotidiano laboral rural.

Em relação à vestimenta adequada, os itens mais mencionados incluem chapéu, manga longa e protetor solar. No que se refere à compreensão acerca da importância da utilização de agrotóxicos, a primeira unidade temática identificada foi a percepção de que o não uso dos EPIs faz mal, embora os entrevistados não consigam explicar claramente o que isso implica. Não foram observadas definições precisas sobre a nocividade, como pode ser evidenciado nas seguintes falas:

Agricultor (a) 1: "Eu acho que o uso de EPIs é super importante, porque a gente se protege de muitos riscos, tipo poeira e produtos químicos. Não tem como trabalhar sem, né?"

Agricultor (a) 2: "Ah, eu sempre uso meus EPIs. Já vi muita gente que se machucou por não usar, então eu cuido de mim mesma com as luvas e o chapéu."

Agricultor (a) 3: "Pra mim, usar EPI é essencial. Se não usar, corre o risco de ficar doente, ter problema na pele, essas coisas. Melhor prevenir!"

Agricultor (a) 4: "Eu, particularmente, não gosto de usar, mas sei que é necessário. Quando você está trabalhando com veneno, não dá pra vacilar, tem que usar tudo certo."

Outro ponto positivo destacado foi a prática de higienização pessoal e dos equipamentos após o manuseio dos agrotóxicos, também mencionada por todos os participantes. Quando questionados sobre onde aprendem sobre o uso correto dos EPIs, 100% relataram que as informações são fornecidas por orientadores agrícolas durante visitas domiciliares, por meio do curso NR 31 e também através da mídia social.

A NR-31, que regulamenta o trabalho rural, exige capacitação específica para trabalhadores que atuam diretamente em atividades de preparo, aplicação, descarte e descontaminação de agrotóxicos e equipamentos. Essa medida visa promover a segurança no trabalho e mitigar os riscos ocupacionais. No entanto, é necessário avançar para além da informação técnica, fortalecendo ações educativas permanentes, críticas, humanizadas e adequadas ao contexto sociocultural dos

trabalhadores rurais (URIO, *et al.*, 2020; KRUG; ALVES, 2017; BARANCELLI, *et al.*, 2018).

Apesar da adesão aos EPIs, as falas revelam uma compreensão limitada e superficial sobre os riscos reais à saúde causados pela exposição prolongada aos agrotóxicos. Cerca de 100% reconhecem que o uso é “importante” ou “necessário”, mas não conseguem explicar de forma clara os impactos que o uso pode gerar, como intoxicações agudas, doenças dermatológicas, respiratórias e até efeitos neurológicos de longo prazo (MARIANA, 2020).

A exposição ocupacional a agrotóxicos é considerada um importante determinante social da saúde no meio rural. Conforme dados do Smartlab (2020), entre 2012 e 2018, foram registrados 278.277 acidentes de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, sendo 25.578 relacionados ao setor agropecuário — número que evidencia a vulnerabilidade desses trabalhadores diante da precarização das condições laborais e da ausência de fiscalização efetiva.

O conceito de uso seguro de agrotóxicos, embora difundido, é controverso, pois envolve mais do que o simples uso de EPIs. Exige uma abordagem sistêmica que contemple medidas de controle específicas, proteção coletiva, práticas de higiene no trabalho e ações educativas contínuas (RISTOW *et al.*, 2020). A percepção de risco por parte dos agricultores é um fator determinante nesse processo e está diretamente influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e estruturais da realidade local.

Mesmo diante da intensa exposição a agrotóxicos, muitos trabalhadores enfrentam dificuldades para acessar informações e práticas seguras de proteção (BORTOLOTTI, 2020). O esforço físico intenso exigido pelo trabalho agrícola, aliado à falta de acompanhamento profissional adequado, contribui para o adoecimento dessa população, sobretudo quando não há identificação precoce e intervenção pelos serviços de saúde (CARDOSO *et al.*, 2021).

Dessa forma, é fundamental reconhecer a saúde do trabalhador rural como uma prioridade dentro das políticas públicas do SUS, fortalecendo estratégias de vigilância em saúde do trabalhador, ações intersetoriais e práticas educativas que

empoderem a população do campo no cuidado de si, de sua família e de sua comunidade (URIO, *et al.*, 2020; BARANCELLI, *et al.*, 2018).

IV- Agravos relacionados ao trabalho na fumicultura: Sobre intoxicação por agrotóxicos, outro tema abordado, apenas 10% dos entrevistados relataram ter apresentado sinais e sintomas de intoxicação por agrotóxicos, como tontura, náusea e dor de cabeça. Algo que ficou evidente foi que os entrevistados não conseguiam distinguir os sintomas da intoxicação por agrotóxicos daqueles relacionados à doença da folha verde do tabaco. O participante que relatou ter apresentado sintomas de intoxicação por agrotóxico não se afastou do trabalho nem procurou atendimento médico. Diante aos agravos relacionados à saúde dos fumicultores, foram relatados algumas falas expressivas sobre a interpretação dos participantes sobre a DFVT:

Agricultor (a) 1: "É quando colhemos fumo verde e molhado na colheita, e isso faz mal pro corpo por causa da nicotina do fumo, dá um cansaço danado, falta de ar, náuseas."

Agricultor (a) 7: "De colher o fumo molhado, da nicotina que tem no fumo, atinge o nosso fígado, causando náuseas e vômito."

Agricultor (a) 9: "É a nicotina que o fumo molhado solta que faz mal."

Agricultor (a) 10: "Intoxicação do fígado é pela nicotina do fumo que entra em contato com a nossa pele durante a colheita."

Os dados revelam que há uma dificuldade expressiva em distinguir esses sintomas daqueles causados pela DFVT, o que indica um déficit importante de conhecimento técnico e de acesso à informação em saúde.

A Doença da Folha Verde do Tabaco é uma intoxicação aguda originada pela exposição da pele à nicotina presente no tabaco (RIQUINHO & HENNINGTON, 2014). É reconhecida como uma doença ocupacional frequente entre os fumicultores. As falas dos agricultores demonstram certa consciência empírica da doença ("faz mal pro fígado", "dá cansaço, náusea, vômito"), muitos não procuram atendimento médico nem se afastam das atividades laborais ao apresentarem sinais clínicos, o que pode agravar o quadro e comprometer a saúde a longo prazo.

No contexto do agronegócio, a utilização intensiva de agrotóxicos visa o controle de pragas e o aumento da produtividade, mas também resulta em impactos negativos relevantes, como a poluição ambiental e a intoxicação de trabalhadores e comunidades (CORCINO *et al.*, 2019).

O artigo de Brazilian Journal of Health Review (SCHAMNE *et al.*, 2021), reforça que a exposição dos fumicultores à nicotina durante a colheita é constante, especialmente devido ao contato direto com as folhas. Os sintomas da DFVT incluem náuseas, vômitos, tontura, dor de cabeça, palidez, salivação excessiva, alterações na pressão arterial e na frequência cardíaca. Ainda assim, muitos agricultores desconhecem a gravidade desses sinais e mantêm suas atividades, negligenciando o autocuidado. De acordo com a pesquisa, a plantação de tabaco é uma cultura que proporciona renda para agricultores e suas famílias, devido à alta demanda por mão de obra manual e à viabilidade de cultivo em pequenas propriedades.

Segundo Riquinho (2014), o tratamento da DFVT é baseado na administração de fármacos anticolinérgicos, como antieméticos e anti-histamínicos, além de repouso e hidratação. A prática agrícola, especialmente na fumicultura, envolve esforço físico intenso, posturas inadequadas e exposição a condições climáticas adversas. Essas atividades geralmente ocorrem em regime de agricultura familiar, com divisão de tarefas por gênero e jornadas exaustivas, principalmente no período da colheita (CARVALHO *et al.*, 2020). Assim, é fundamental que a enfermagem atue por meio de intervenções educativas e preventivas, promovendo a saúde e proteção dos trabalhadores.

A pesquisa também identificou que apenas 20% dos entrevistados não relataram dores musculares ou articulares durante ou após o trabalho. Os outros 80% mencionaram dores associadas tanto à colheita do fumo quanto à aplicação de agrotóxicos, o que sugere prevalência significativa de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT). Essas doenças impactam diretamente a qualidade de vida e a capacidade produtiva, sendo muitas vezes agravadas pela ausência de pausas, inadequações ergonômicas e manutenção de posturas nocivas (VENDRAME *et al.*, 2023).

Aproximadamente 60% dos participantes relataram que os desconfortos físicos são persistentes, ocorrendo diariamente. No entanto, apenas um trabalhador procurou atendimento médico, sendo diagnosticado com tendinite. O mesmo relatou não conseguir seguir o tratamento prescrito devido à sobrecarga de trabalho no período da colheita. Essa realidade reforça a necessidade de políticas que possibilitem o acesso contínuo e efetivo aos serviços de saúde, com estratégias voltadas à vigilância em saúde do trabalhador.

A lombalgia, por exemplo, é um dos principais agravos entre os agricultores, provocada por fadiga muscular decorrente de posturas inadequadas e sobrecarga física (Barth; Heck; Renner, 2022). Mesmo diante de sintomas frequentes, muitos continuam suas atividades diárias, o que pode agravar o quadro clínico.

Os fumicultores enfrentam jornadas de trabalho intensas, realizando atividades como a aplicação de agrotóxicos com pulverizadores costais, a colheita das folhas inferiores do tabaco (baixeiro) e o transporte de varas carregadas com folhas. Essas tarefas são ainda mais desgastantes durante o período da colheita (CARVALHO, *et al.*, 2020). A atividade agrícola envolve condições adversas, como sol, frio e esforço físico, além de fatores ergonômicos como posturas inadequadas e movimentos repetitivos, que podem causar danos sérios à saúde (VENDRAME, *et al.*, 2023).

Além das queixas físicas, 90% dos entrevistados relataram já ter sentido estresse ou sobrecarga relacionados ao trabalho na lavoura. Entre os fatores apontados, destacam-se as longas jornadas e as condições climáticas adversas. Apesar disso, 90% não reconhecem impactos na saúde mental nem buscaram atendimento psicológico. Esse dado evidencia a subnotificação de agravos emocionais e a carência de acesso a cuidados em saúde mental no meio rural. Como apontam Priuli, Moraes e Chiaravalloti (2024), o controle do estresse está diretamente relacionado à consciência corporal e emocional, algo ainda pouco desenvolvido entre esses trabalhadores.

Esse cenário, aliado à falta de infraestrutura nos serviços de saúde, reflete os desafios enfrentados pelas populações rurais. Os 90% dos entrevistados relataram que utilizam os serviços de saúde apenas quando estritamente

necessário, devido à ausência de posto de saúde na comunidade e à atuação limitada da unidade móvel de atendimento, presente apenas uma vez por semana. Essa realidade compromete o acesso contínuo ao cuidado e o acompanhamento das condições de saúde, o que contraria os princípios da equidade e da integralidade preconizados pelo SUS.

Além disso, embora 20% tenham buscado atendimento dermatológico para tratar manchas na pele, e outros 20% tenham procurado cardiologistas, apenas 10% relataram ter consultado psicólogos, o que evidencia uma baixa procura por atendimento especializado. Esse dado reforça a importância da ampliação do acesso aos serviços especializados nas áreas rurais, considerando as especificidades do território e da população.

Outro fator preocupante é a exposição solar prolongada. Todos os entrevistados relataram já ter enfrentado mudanças climáticas severas durante o trabalho, como calor intenso e chuvas fortes, o que resultou em doenças respiratórias e cansaço extremo. Ainda que adotem medidas de proteção, como o uso de chapéu, roupas de manga longa e protetor solar, os riscos continuam presentes. A exposição à radiação ultravioleta representa um risco ocupacional importante, podendo causar câncer de pele e outras doenças cutâneas e oculares (LOPES *et al.*, 2022).

Estudos recentes destacam que as mudanças climáticas têm aumentado a frequência de ondas de calor, afetando o rendimento e a saúde de milhões de trabalhadores agrícolas em todo o mundo (Faria; Andrade; Oliveira, 2024). El Khayat *et al.* (2022) e Blasi *et al.* (2023) reforçam a urgência de implementar ações preventivas e educativas sobre os riscos relacionados às condições climáticas extremas.

Apesar de nenhum acidente de trabalho ter sido relatado na pesquisa, o contexto revela vulnerabilidades significativas, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde e à adoção de medidas de autocuidado. O trabalho rural, por envolver diversos fatores de risco — físicos, químicos, biológicos e ergonômicos —, é considerado um dos mais perigosos (DREBES *et al.*, 2014). Ainda assim, essa população permanece invisibilizada frente às políticas públicas e

com acesso restrito aos serviços oferecidos pelo SUS. As populações rurais enfrentam, diariamente, maiores dificuldades para acessar os serviços de saúde em comparação às populações urbanas (LIMA, *et al.*, 2019).

A agricultura brasileira, apesar de contar com avanços tecnológicos, ainda se sustenta, em grande parte, sobre o esforço físico manual (Zamberlan; Cavalcanti, 2019). A realidade dos fumicultores evidencia a urgência da ampliação das ações da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), com enfoque na vigilância em saúde, na promoção do autocuidado e na integralidade do cuidado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise dos dados coletados junto aos fumicultores revela que o trabalho nesse setor é bastante exigente fisicamente, envolvendo riscos ocupacionais variados e condições sociais que aumentam a vulnerabilidade dessas pessoas. Apesar de muitos entrevistados enxergarem a fumicultura como uma fonte de renda estável e que promove autonomia, a atividade também está ligada à exposição prolongada a agentes nocivos, como agrotóxicos, radiação solar, esforço físico repetitivo e posturas inadequadas. Esses fatores podem contribuir para o surgimento de problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais.

Com base nos dados analisados, foi possível perceber que os fumicultores da região enfrentam várias vulnerabilidades no dia a dia de suas atividades. A baixa escolaridade, bastante comum entre eles, aumenta a exposição aos riscos ligados ao cultivo do tabaco, especialmente no uso de agrotóxicos. As tarefas realizadas no campo, aliadas à exposição constante a produtos químicos, acabam causando um desgaste físico e emocional considerável, afetando diretamente a saúde desses trabalhadores.

Este estudo proporcionou uma compreensão mais ampla sobre o perfil sociodemográfico e as condições de saúde da população envolvida com a fumicultura na região. Ademais, buscou visualizar a percepção dos agricultores, produtores de tabaco, sobre a existência de riscos ocupacionais e agravos à sua saúde nas localidades da zona rural do município de pesquisa e a existência de ações de assistência à saúde. Evidencia-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a relação entre o trabalho no cultivo do tabaco, os processos de adoecimento, o envelhecimento precoce e o tempo de exposição ocupacional. Tais investigações são fundamentais para subsidiar políticas públicas que promovam a saúde e a qualidade de vida dessa população rural. Durante as entrevistas, foi percebido uma limitação: os voluntários demonstraram constrangimento ao discutir o uso correto de EPIs e suas rotinas de trabalho. Por ter uma amostra reduzida, os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados.

A falta de serviços de saúde na comunidade estudada, além do pouco interesse das pessoas em buscar atendimento especializado, mostra o quanto é

importante reforçar políticas públicas que garantam acesso contínuo, completo e justo aos cuidados de saúde para a população rural. Também é fundamental destacar o papel da Enfermagem, especialmente na Atenção Primária à Saúde, como uma peça-chave na promoção de cuidados completos, na vigilância em saúde e na educação das pessoas sobre saúde.

Dessa forma, podemos entender que enfrentar os desafios da fumicultura exige uma abordagem que envolva diferentes setores e seja humanizada. É fundamental considerar os fatores sociais que afetam a saúde, promover a autonomia dos trabalhadores rurais e incentivar práticas que sejam sustentáveis, seguras e capazes de melhorar a qualidade de vida no campo. Além disso, esta monografia traz contribuições valiosas para a área de Enfermagem, ajudando a ampliar uma visão mais crítica e sensível sobre os contextos rurais. Assim, ela aprofunda a compreensão do cuidado em saúde em suas várias dimensões e reforça o compromisso ético e social da profissão com as populações em situação de vulnerabilidade.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CASARIL, M. et al. Fumante que não fuma: Reflexão sob uma perspectiva ecológica / Smoker that does no smoke: A reflection under an ecological perspective . 1 out. 2016. Disponível em:< https://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38612016000400762#B1>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
2. RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4797–4808, dez. 2014. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/csc/a/fjCKC4MyCZydpK7Sx4cvhcS/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
3. OKUYAMA, J. H. H.; GALVÃO, T. F.; SILVA, M. T. Intoxicações e fatores associados ao óbito por agrotóxicos: estudo caso controle, Brasil, 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em:< <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200024/>>. Acesso em 15 de set. de 2024.
4. BORTOLOTTI, C. C. et al. Exposição a agrotóxicos: estudo de base populacional na zona rural do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em:< <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200027/>>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
5. FASSA, A. G. et al. Dolor cervical entre agricultores que producen tabaco en el sur de Brasil. **Salud Colectiva**, v. 16, p. e2307, 23 jul. 2020. Disponível em:< https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-82652020000100058>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
6. CASARIL, M. et al. Socio-environmental risks associated with the green tobacco sickness in farmers: a case-control study. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 6, p. 1670–1676, 1 dez. 2019. Disponível em:< https://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672019000701670>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
7. CEZAR-VAZ, M. R.; CARGNIN, M. C. DOS S. Uso de biomarcador cotinina em trabalhadores para detecção da doença da folha verde do tabaco. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, 2019. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rlae/a/kRx8JnChriP34G749hjKbYz/#>>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
8. CARDOSO, L. S. et al. Riscos ocupacionais no trabalho agrícola e a negociação para a saúde do trabalhador rural. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, p. e43, 25 maio 2021. Disponível em:< <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/48096/html>>. Acesso em: 15 de set. de 2024.
9. RICHARTZ, A. et al. Perception of a rural population on the use of agrotoxic / Percepção de uma população rural sobre o uso de agrotóxicos. v. 13, p. 1179–1185, 14 jun. 2021. Disponível em:< <https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/9233>>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

10. PAPPEN, M. et al. Doença da Folha Verde do Tabaco: estudo comparativo entre perfis bioquímicos de fumicultores. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e324111032875, 2 ago. 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32875>>. Acesso em 27 de setembro de 2024.
11. BARBOSA, J. B. Contaminação da água e do solo por agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco e sua relação com o adoecimento. **Ufrgs.br**, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199805>>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.
12. VANESSA AMÁBILE MARTINS et al. Doença da Folha Verde do Tabaco no período da classificação do tabaco: perfil sociodemográfico e ocupacional de fumicultores de um município do interior do Rio Grande do Sul. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 6, n. 4, p. 206–210, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570463800011>>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.
13. PAPPEN, M. Doença da folha verde do tabaco : estudo comparativo do perfil bioquímico, ocupacional e de saúde de fumicultores nas etapas do processamento do tabaco em um município do Rio Grande do Sul. **Unisc.br**, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2910>>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.
14. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/pnst>> . Acesso em: 27 de setembro de 2024.
15. ALVES, D. Ações de saúde a produtores de tabaco expostos a agrotóxicos: estudo em um município de atividade econômica predominantemente agrícola. **Unisc.br**, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1897>>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.
16. FREITAS, A. B. DE; GARIBOTTI, V. Caracterização das notificações de intoxicações exógenas por agrotóxicos no Rio Grande do Sul, 2011–2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 5, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/xy36tRPCVfRHkYpSJBHg9GS/?format=html&lang=pt>> . Acesso em: 27 de setembro de 2024.
17. HURTADO, S. L. B. et al.. Políticas de saúde do trabalhador no Brasil: contradições históricas e possibilidades de desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3091–3102, ago. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/bjzyRxjxDrzZhJ49jSg5JQC/#>>. Acesso em: 04 de out. de 2024.
18. GOMEZ, Carlos Minayo. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. **GOMEZ, CM; MACHADO, JM H; PENA, PGL Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 23-34, 2011. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575413654.4>>. Acesso em: 04 de out. de 2024.
19. RICHARTZ, A.; SCHÜLTER BUSS HEIDEMANN, I. T.; VICENTE, C.; MARTINS DA ROSA, L.; OLIVEIRA ANTONINI, F.; SARTORI DALMOLIN, I. Perception of a rural population on the use of agrotoxic / Percepção de uma população rural sobre o uso de agrotóxicos. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, p. 1179–1185, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.9233>>. Acesso em: 4 out. 2024.
20. SILVA, Thaiane Vaz; RIQUINHO, Deise Lisboa; MESQUITA, Marilise Oliveira. Anos de trabalho dedicados ao plantio de fumo e a relação com o adoecimento. **Saúde**

coletiva, desenvolvimento e (in) sustentabilidade no rural. Porto Alegre: UFRGS, 2018. p. 75-88, 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/reader/293616470>>. Acesso em: 05 de out. 2024.

21. URIO, Ângela; SOUZA, J. B. de; GEREMIA, D. S.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; COLLISELLI, L. Promoção da saúde do jovem agricultor familiar: perspectiva para um envelhecimento saudável. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 10, p. e43, 2020. DOI: 10.5902/2179769240131. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/40131>>. Acesso em: 11 out. 2024.
22. TREVILATO, GRAZIELLA CHAVES. Rastreamento de transtornos psiquiátricos menores em fumicultores no município de Candelária - RS. **Ufrgs.br**, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183844>>. Acesso em: 11 out. 2024.
23. BARANCELLI, Marcia Domenica Cunico; PERONDI, Miguel Angelo; TRINDADE, Leticia Lima. Doenças ocupacionais na fumicultura: os riscos percebidos pelos trabalhadores rurais do Paraná. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 085–110, 2018. DOI: 10.7867/2317-5443.2017v5n3p085-110. Disponível em: <<https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5801>>. Acesso em: 19 out. 2024.
24. GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F. DE; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963–1970, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/DCSW6mPX5gXnV3TRjfZM7ks/>>. Acesso em: 22 de out. de 2024.
25. SCHMIDT, M.; FRANTZ, B. Saúde do trabalhador : realidades, intervenções e possibilidades no Sistema Único de Saúde. **Unisc.br**, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1739>>. Acesso em: 22 out. de 2024.
26. CORDEIRO, F. de N. C. dos S.; CORDEIRO, H. P.; PINTO, L. O. A. D.; SEFER, C. C. I.; SANTOS-LOBATO, E. V.; DE MENDONÇA, L. T.; SÁ, A. M. M. Estudos descritivos exploratórios qualitativos: um estudo bibliométrico. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 11670–11681, 2023. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60412>>. Acesso em: 24 out. 2024.
27. PAPPEN, M.; MOCELIN, G.; PAPPEN, E. .; CALHEIRO, L.; MARTINS, V. A. .; SOUZA, S. de .; REUTER, C. P. .; RENNEN, J. D. P. .; KRUG, S. B. F. . Green Tobacco Disease: comparative study between biochemical profiles of tobacco growers. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 10, p. e324111032875, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32875>>. Acesso em: 24 out. 2024.
28. CARVALHO, M. P. DE et al. Dor na coluna torácica e fatores associados em fumicultores. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/tKt6CJcrtpqfJJDBNsxnCFd/?lang=pt>>. Acesso em: 24 out. de 2024.
29. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. Acesso em: 26 out. de 2024.
30. BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016. Acesso em: 26 de out. de 2024.
31. AGRO, C. **IBGE - Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=43&tema=76604>. Acesso em: 29 out. de 2024.

32. DANIELLE, S. Fumicultura, saúde e segurança no trabalhador: uma avaliação dos riscos ocupacionais em unidades de produção no município de Canguçu (RS). **Ufpel.edu.br**, 2022. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8875>>. Acesso em: 04 nov. de 2024.
33. Trabalho, exploração e suicídio de fumicultores no Rio Grande do Sul. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S. l.], v. 26, p. e-191172, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/191172>>. Acesso em: 1 maio. 2025.
34. Queiroz IFR, Viana LS, Filho RFS, Ribeiro MA, Albuquerque IMN, Neto FRGX. Contextualizando a realidade do uso de agrotóxicos na agricultura familiar.[internet]. *Extensão em ação*. 2017[acesso em 2019 jul 25];1(13):54-68. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/19708>>.
35. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v.4, n.2, p. 8042-8055.mar./apr.2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/28053/22220>>. Acesso em: 15 de maio de 2025.
36. SMARTLAB. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho: Promoção do Meio Ambiente Guiado por Dados. Notificação de acidente de trabalho por setor econômico, 2020. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/sst>>. Acesso em: 19 de maio de 2025.
37. BOSCARDIN, Mariele et al. Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. **Eutopia: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 19, p. 119-135, 2021. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/4897>>. Acesso em 19 de maio de 2025.
38. Ristow, Letiane Peccin et al. Fatores relacionados à saúde ocupacional de agricultores expostos a agrotóxicos. *Saúde e Sociedade*. v. 29, n.2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180984>>. Acesso em 19 Maio 2025.
39. ZAMBERLAN, C. O.; CAVALCANTI, K. Agricultura familiar: sua relevância para o Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Ponta Porã. **Extensão Rural**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 42–57, 2019. DOI: 10.5902/2318179634776. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/34776>>. Acesso em: 19 maio. 2025.
40. LOPES, M. S. .; LIMA, A. R. S. de .; SANTOS, E. de S. .; SANTOS, T. S. .; BARREIRO, M. do S. C. . Impacts of occupational exposure to the sun on the skin of the worker outdoors. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. e51011326992, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26992. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26992>>. Acesso em: 30 mai. 2025.
41. VENDRAME, Flávia Daniele; EL HAJJAR, Nabil; SOUZA, Isabel Fernandes de; MOMBELLI, Mônica Augusta; LOPES, Anália Rosário. Prevalência de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em agricultores do oeste do Paraná. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 39–50, 2023. DOI: 10.5433/1679-0367.2023v44n1p39. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/46291>>. Acesso em: 30 maio. 2025.
42. BARTH, Matheus; HECK, Rafael; RENNEN, Paulo. A saúde do trabalhador na fumicultura e a atuação da enfermagem na atenção primária. *Grifos*, Chapecó, v. 31, n. 57, p. 186–207, 2022. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6713>>. Acesso em: 06 jun. 2025.

43. PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. DE.; CHIARAVALLOTI, R. M.. Impacto do estresse na saúde de cortadores de cana. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 2, p. 225–231, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rsp/a/QKHXnGP7Sqy4RcT3FpWVc4Q/?lang=pt>>. Acesso em: 06 jun. 2025.
44. El Khayat, M., Halwani, D. A., Hneiny, L., Alameddine, I., Haidar, M. A., & Habib, R. R.. Impacts of Climate Change and Heat Stress on Farmworkers' Health: A Scoping Review. *Frontiers in public health*, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.782811>>. Acesso em 06 jun. 2025.
45. Di Blasi, C., Marinaccio, A., Gariazzo, C., Taiano, L., Bonafede, M., Leva, A., Morabito, M., Michelozzi, P., Donato, F. K. & On Behalf Of The Workclimate Collaborative Group. Effects of Temperatures and Heatwaves on Occupational Injuries in the Agricultural Sector in Italy. *International journal of environmental research and public health*, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph20042781>>. Acesso em: 06 jun. 2025.
46. FARIA, Juliana Aparecida Alves de; ANDRADE, Ednilton Tavares de; OLIVEIRA, Filipe da Silva de. Occupational Risks of Agricultural Workers Exposed to Heat: Literature Review. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 1, p. e07468 , 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n1-169. Disponível em: <<https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/7468>>. Acesso em: 8 jun. 2025.
47. DREBES, L. M.; SCHERER, C. B.; GONÇALVES, J. R.; DÖRR, A. C. Acidentes típicos do trabalho rural: um estudo a partir dos registros do hospital universitário de Santa Maria, RS, Brasil. **Revista Monografias Ambientais**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 3467–3476, 2014. DOI: 10.5902/2236130814190. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/14190>>. Acesso em: 8 jun. 2025.
48. LIMA, Â. R. A. et al.. Necessidades de saúde da população rural: como os profissionais de saúde podem contribuir?. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 122, p. 755–764, jul. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912208>>. Acesso em: 8 jun. 2025.
49. Nogueira, Fernanda de Albuquerque Melo, Landmann, Celia Szwarcwald e Damacena, Giseli Nogueira. Condições de vida, trabalho e acesso aos serviços de saúde em trabalhadores agrícolas e não agrícolas, Brasil, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.21312019>>. Acesso em: 8 jun. 2025.
50. FARIAS PRADO, J. A. .; SIEGLOCH, A. E. .; DA SILVA, B. F.; AGOSTINETTO, L. Exposição de trabalhadores rurais aos agrotóxicos. **Gaia Scientia**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2021v15n1.56075. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/56075>>. Acesso em: 8 jun. 2025.
51. RIBEIRO, K. G. et al.. Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 1387–1398, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0419>>. Acesso em 8 jun. 2025.
52. CORCINO, C. O. et al.. Avaliação do efeito do uso de agrotóxicos sobre a saúde de trabalhadores rurais da fruticultura irrigada. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.14422017>>. Acesso em: 10 jun. 2025.
53. ASCARI, R.A.; SCHEID, M.; KESSLER, M. Fumicultura e a utilização de agrotóxicos: riscos e proteção da saúde. *Revista Contexto e Saúde*, Ijuí, v.12, n. 23, p. 41-50,

jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1840/253>>. Acesso em: 10 jun 2025.

54. ROCHA, L. P. et al. Cargas de trabalho e acidentes de trabalho em ambiente rural. Revista Texto e Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 325-335, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/pt_0104-0707-tce-24-02-00325.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.
55. REIS, M. M. DOS . et al.. Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00080516, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00080516>>. Acesso em 10 jun. 2025.

9. ANEXOS E APÊNDICES:

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

Email e/ou número de telefone: _____

1. Codinome (para manter o anonimato):
2. Idade:
3. Sexo:
 - ☐ Masculino
 - ☐ Feminino
 - ☐ Outro
4. Estado Civil:
 - ☐ Solteiro(a)
 - ☐ Casado(a)
 - ☐ Separado(a)
 - ☐ Viúvo(a)
5. Número de Filhos:
6. Escolaridade:
 - ☐ Fundamental Incompleto
 - ☐ Fundamental Completo
 - ☐ Médio Incompleto
 - ☐ Médio Completo
 - ☐ Superior Incompleto
 - ☐ Superior Completo

2. O HISTÓRICO OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS ENTREVISTADOS

7. Tipo de Relação Trabalhista:
 - ☐ Proprietário(a)
 - ☐ Arrendatário(a)
 - ☐ Assalariado(a)
 - ☐ Temporário(a)
 8. Há quanto tempo trabalha como fumicultor(a)?
 9. Você gosta do trabalho agrícola?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
- Por quê?**

3. OS AGROTÓXICOS E O USO DE EPIs

10. Você utiliza agrotóxicos? Quais agrotóxicos você costuma usar? E com qual frequência (liste os principais)

11. Há quanto tempo utiliza agrotóxicos no trabalho?

12. Você utiliza Equipamento de Proteção Individual (EPI)?

☐ Sim

☐ Não

Quais EPIs você usa?

O que você acha sobre o uso de EPIs?

13. Você faz higienização pessoal e dos equipamentos após o uso de agrotóxicos?

☐ Corpo

☐ Roupas

☐ Ambos

14. Onde você recebe informações sobre o uso de EPIs?

☐ Posto de saúde

☐ Mídia

☐ Orientador agrícola

15. Você já recebeu orientação sobre a prevenção de intoxicação por agrotóxicos?

☐ Sim

☐ Não

Quem forneceu essas orientações?

Com que frequência?

16. Você já apresentou sinais ou sintomas de intoxicação por agrotóxicos?

☐ Sim

☐ Não

Quais sintomas?

17. Já precisou se afastar do trabalho por algum problema relacionado ao uso de agrotóxicos?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, o que aconteceu?

☐ Consulta médica

☐ Internação

☐ Afastamento pelo INSS

18. Você procurou algum serviço de saúde devido a intoxicação por uso de agrotóxicos?

☐ Sim

☐ Não

Qual serviço procurou?

19. Qual foi o diagnóstico médico? (se souber o nome da doença)

20. Qual foi o tratamento recomendado?

4. AGRAVOS RELACIONADOS A SAÚDE DOS FUMICULTORES

21. Você já ouviu falar sobre a Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT)?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual é a sua interpretação sobre a doença?

22. Você já sentiu algum tipo de dor ou desconforto nas articulações, músculos ou tendões durante ou após o trabalho agrícola?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, onde você sente mais dores? (Marque as áreas afetadas)

☐ Ombros

☐ Pescoço

☐ Mãos

☐ Punhos

☐ Costas

☐ Joelhos

☐ Outros (especificar): _____

Com que frequência essas dores acontecem?

☐ Diariamente

☐ Semanalmente

☐ Raramente

Essas dores interferem nas suas atividades diárias?

☐ Sim

☐ Não

Já procurou atendimento médico para tratar dessas dores?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual foi o diagnóstico?

23. Você já se sentiu estressado(a) ou sobrecarregado(a) devido ao trabalho na lavoura de tabaco?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, quais aspectos do trabalho mais causam estresse?

☐ Longas horas de trabalho

☐ Exposição aos agrotóxicos

☐ Condições climáticas adversas

☐ Pressão financeira

☐ Outras (especificar): _____

24. Você sente que o trabalho no campo tem impactado sua saúde mental ou emocional de alguma forma?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, de que maneira isso tem afetado você?

☐ Ansiedade

☐ Depressão

- ☐ Cansaço excessivo
- ☐ Irritação ou agressividade
- ☐ Insônia
- ☐ Outros (especificar): _____

Você já procurou ajuda profissional para lidar com esses problemas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, que tipo de ajuda procurou?

- ☐ Psicólogo(a)
- ☐ Psiquiatra
- ☐ Aconselhamento em grupo
- ☐ Outros (especificar): _____

25. Você já sofreu algum problema de saúde relacionado à exposição ao sol ou a outras condições climáticas durante o trabalho agrícola?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, que tipo de problema ocorreu?

- ☐ Queimaduras solares
- ☐ Desidratação
- ☐ Insolação
- ☐ Lesões cutâneas (feridas, manchas)
- ☐ Outras lesões (especificar): _____

26. Você se protege do sol enquanto trabalha?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, como se protege?

- ☐ Usando chapéu ou boné
- ☐ Usando roupas de manga longa
- ☐ Usando protetor solar
- ☐ Outros (especificar): _____

27. Você já enfrentou mudanças climáticas extremas (como chuvas fortes, temperaturas muito altas ou frias) enquanto trabalhava?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, isso afetou sua saúde de alguma forma?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais foram os efeitos?

- ☐ Cansaço excessivo
- ☐ Doenças respiratórias
- ☐ Problemas de pele
- ☐ Outros (especificar): _____

28. Já sofreu algum acidente de trabalho?

5. ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

29. **Você tem acesso fácil aos serviços de saúde quando precisa?**

☐ Sim

☐ Não

Se não, quais são as principais dificuldades para acessar os serviços de saúde?

☐ Distância até o posto de saúde/hospital

☐ Custo do atendimento

☐ Falta de transporte adequado

☐ Horário de atendimento incompatível com o horário de trabalho

☐ Falta de médicos ou especialistas na região

☐ Outros (especificar): _____

30. **Você costuma ser atendido rapidamente quando procura ajuda nos serviços de saúde?**

☐ Sim

☐ Não

Se não, qual o tempo médio de espera para ser atendido?

☐ Menos de uma semana

☐ Entre uma e duas semanas

☐ Mais de duas semanas

☐ Nunca fui atendido de imediato

31. **Você já precisou de serviços de saúde especializados (como dermatologistas, ortopedistas, psicólogos, entre outros) devido ao trabalho, e teve dificuldades para conseguir esse atendimento?**

☐ Sim

☐ Não

Se sim, quais foram as dificuldades encontradas?

☐ Falta de especialistas na região

☐ Custo do atendimento especializado

☐ Dificuldade de agendamento

☐ Outros (especificar): _____

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário da pesquisa intitulada Riscos Ocupacionais Envolvendo A Saúde Dos Agricultores De Tabaco, que pretende Conhecer a percepção dos agricultores, produtores de tabaco, sobre a existência de riscos ocupacionais e agravos à sua saúde nas localidades da zona rural de um município do RS, vinculado ao Curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. As responsáveis por esta pesquisa são a prof^a Luciane Maria Schmidt Alves e a acadêmica Pamela Fernanda de Moura Herber, que poderão ser contatadas a qualquer tempo através do número (51) 993270290 e do e-mail pamelafernanda@mx2.unisc.br e lucianealves@unisc.br.

Sua participação é possível pois atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são: fazer parte de famílias da zona rural dedicadas ao cultivo do tabaco, ter entre 18 e 59 anos, de ambos os sexos, e ter a produção de fumo como atividade principal. Além disso, é necessário que você concorde em participar voluntariamente. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista individual. A pesquisa não apresenta grandes riscos, mas alguns desconfortos emocionais podem ocorrer. Caso isso aconteça, os riscos serão minimizados, garantindo o sigilo do seu nome e das suas respostas. As pessoas serão

convidadas a participar desta pesquisa através de uma entrevista semi-estruturada composta por questões abertas e fechadas, realizada pela própria pesquisadora. Todos os participantes terão a liberdade de recusar ou desistir de participar da pesquisa, desde que comunique a pesquisadora. Os resultados da pesquisa serão enviados à Secretaria Municipal de Saúde do município para que possam divulgar os resultados e avaliar a necessidade de implementar ações de promoção de saúde e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho da população pesquisada. Todas as análises serão realizadas de forma confidencial, sigilosa e as publicações não incluirão dados que possam identificar o entrevistado. Por outro lado, a sua participação trará benefícios, como acesso a mais informações e orientações sobre os cuidados com a sua saúde.

Todas as despesas ficarão a cargo da pesquisadora, Pâmela Fernanda de Moura Herber, sem ônus ao participante do projeto.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu,
_____ RG ou CPF _____

declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;

c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo; ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;

e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,

f) de que se existirem gastos para minha participação nesta pesquisa, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do seguinte endereço: Av. Independência, 2293, Bloco 13 - Sala 1306; ou pelo telefone (51) 3717-7680; ou pelo e-mail cep@unisc.br.

Local:

Data: __ / __ / ____

Nome e assinatura do Paciente ou Voluntário:

Nome e assinatura do responsável pela apresentação deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ANEXO A- SOLICITAÇÃO FORMAL



TERMO DE ACEITE

Candelária. RS, 30 de Novembro de 2024.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul,

CEP 96.815-900-UNISC – Santa Cruz do Sul - RS

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o protocolo de pesquisa intitulado:

“Riscos Ocupacionais Envolvendo a Saúde dos Agricultores De Tabaco”, desenvolvido pela acadêmica Pâmela Fernanda de Moura Herber do Curso de Enfermagem, da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, sob a orientação da professora Dra. Luciane Maria Schmidt Alves, bem como os objetivos e a metodologia da pesquisa e autorizamos o desenvolvimento no Município de Candelária que estão vinculados à unidade móvel de saúde e ao Sindicato

Rural de Candelária.

Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP-UNISC, conhecer e cumprir as Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/2016 e demais Resoluções Éticas Brasileiras e a Norma Operacional 001/2013. Esta instituição está ciente das suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente protocolo de pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos pesquisados nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária

para tanto,

Atenciosamente,

José Daltro Emmel – Presidente

SINDICATO RURAL DE CANDELÁRIA

88.165.485/0001-14

SINDICATO RURAL DE CANDELÁRIA

RUA LOPES TROVÃO, 456

CEP: 96930-000

CANDELÁRIA - RS

Rua Lopes Trovão, 456 - Caixa Postal 145 - Fones-Fax (51) 3743-1546 e 3743-1099
96.930-000 - CANDELÁRIA - RS CNPJ: 88.165.485/0001-14 E-mail: src@infoteconline.com.br

ANEXO B - SOLICITAÇÃO FORMAL

TERMO DE ACEITE

Santa Cruz do Sul, 29 de Novembro de 2024.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul,
CEP-UNISC

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o protocolo de pesquisa intitulado: "Riscos Ocupacionais Envolvendo a Saúde dos Agricultores De Tabaco ", desenvolvido pela acadêmica Pâmela Fernanda de Moura Herber do Curso de Enfermagem, da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, sob a orientação da professora Dra. Luciane Maria Schmidt Alves, bem como os objetivos e a metodologia da pesquisa e autorizamos o desenvolvimento no Município de Candelária que estão vinculados à unidade móvel de saúde e ao sindicato dos trabalhadores.

Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP-UNISC, conhecer e cumprir as Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/2016 e demais Resoluções Éticas Brasileiras e a Norma Operacional 001/2013. Esta instituição está ciente das suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente protocolo de pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos pesquisados nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para tanto.

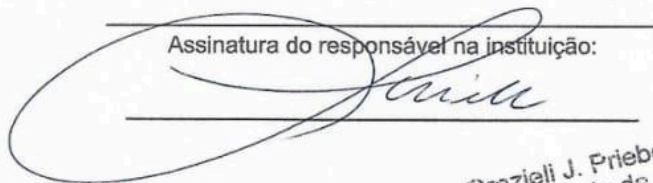
Atenciosamente,

Nome do responsável na instituição:

Grazieli J. Priebe

Cargo do responsável na instituição:
Secretária da
Saúde

Assinatura do responsável na instituição:



Grazieli J. Priebe
Secretária da
Saúde

ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RISCOS OCUPACIONAIS ENVOLVENDO
A SAÚDE DOS AGRICULTORES DE TABACO

Pesquisador: Luciane Maria Schmidt Alves

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 85287224.7.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.281.800

Apresentação do Projeto:

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina de Trabalho de Curso em Enfermagem I da Universidade de Santa Cruz do Sul, orientado pela Enfª, Drª Luciane M. Schmidt Alves

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer a percepção dos agricultores, produtores de tabaco, sobre a existência de riscos ocupacionais e agravos à sua saúde nas localidades da zona rural de um município do RS

Objetivo Secundário:

Identificar o perfil sociodemográfico e ocupacional dos agricultores; Avaliar, na visão dos agricultores, a existência de ações de assistência à saúde prestadas pelo município; Conhecer a ocorrência de agravos relacionados ao trabalho no meio rural.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470390.pdf

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos emocionais ou desconforto ao responder questões sobre seu trabalho diário

Benefícios:

Endereço: Av. Independência, nº 2293 - Bloco 13, sala 1308

Bairro: Universitário

Cep: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7880

E-mail: cep@unisc.br

Continuação do Parecer: 7.281.800

Se o participante se sentir desconfortável ou constrangido, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento; Os voluntários que aceitarem participar da pesquisa serão apresentados e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com base na resolução nº 466/12 do CEP com seres humanos. O TCLE esclarece que a identidade dos entrevistados e dos familiares serão mantidas em sigilo em todos os materiais resultantes da pesquisa, garantindo a privacidade e o anonimato;

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto
PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470390.pdf

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este estudo qualitativo tem caráter exploratório e descritivo. O estudo será realizado em pequenas propriedades rurais no município de pequeno porte do interior do estado do RS. Os participantes do estudo serão agricultores residentes em Candelária/RS. Os critérios de inclusão para os agricultores no estudo serão: famílias residentes na zona rural dedicadas ao cultivo do tabaco, abrangendo indivíduos de ambos os sexos, com idade mínima de 18 anos e máxima de 59 anos. Além disso, os participantes devem ter a produção de fumo como atividade principal e concordar em participar voluntariamente da pesquisa. A amostra será selecionada aleatoriamente, com foco em famílias sem acesso aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), já que cerca de 50% da população do município não é atendida por esse profissional. Para as áreas desassistidas, será estabelecida parceria com o Sindicato Rural de Candelária. Durante o projeto, serão entrevistadas aproximadamente 30 famílias. A amostra poderá ser encerrada quando os dados indicarem saturação, conforme os critérios de Minayo (2014). A solicitação formal para o desenvolvimento da pesquisa foi encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde do local da pesquisa e ao Sindicato Rural do município. Após a assinatura, o documento será enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Através do Sindicato Rural será selecionada uma comunidade que seja associada ao serviço para a realização das entrevistas. A entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, permitindo que o entrevistado explore um tema de forma mais livre, sem se restringir apenas às questões formuladas. Essa abordagem oferece a vantagem de obter respostas mais profundas e contextuais, pois o entrevistado pode compartilhar suas experiências e opiniões de maneira mais detalhada. Se o participante se sentir desconfortável ou constrangido, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento.

Endereço: Av. Independência, nº 2293 - Bloco 13, sala 1308
Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3117-7880 **E-mail:** cep@unisc.br

Continuação do Parecer: 7.281.800

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto
PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470390.pdf

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios apresentados e adequados

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Considerações Finais a critério do CEP:

PROTOCOLO APROVADO e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Alerta-se o pesquisador responsável para a necessidade de realizar e encaminhar ao CEP-UNISC, via Plataforma Brasil, os Relatórios Parciais de Acompanhamento da Pesquisa e o Relatório Final de Acompanhamento da Pesquisa. Os formulários para os relatórios estão disponíveis no link do CEP-UNISC (<https://www.unisc.br/pl/pesquisa/comite-de-etica>), aba Documentação, Arquivo Modelo de Relatório Parcial ou Final de Pesquisa. É o mesmo formulário para ambos os relatórios (as marcações no próprio formulário é que diferem, a depender da natureza do projeto).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2470390.pdf	04/12/2024 14:46:50		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO1TCC.pdf	04/12/2024 14:45:27	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC1PAMELA.pdf	03/12/2024 19:59:14	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/12/2024 19:54:53	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitário **Cep:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7880 **E-mail:** cep@unisc.br

Continuação do Parecer: 7.281.800

Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTAPARAAPRESENTACAO.pdf	03/12/2024 19:52:01	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOCONFIDENCIALIDADE.pdf	03/12/2024 19:50:38	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOACEITESECRETARIA.pdf	03/12/2024 19:48:27	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOACEITESINDICATO.pdf	03/12/2024 19:48:13	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOECRONOGRAMA.pdf	03/12/2024 19:46:16	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 10 de Dezembro de 2024

Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Independência, nº 2293 - Bloco 13, sala 1308
Bairro: Universitário CEP: 96.815-900
UF: RS Município: SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3171-7880 E-mail: cnp@unisc.br

ANEXO D- FOLDER



O QUE É A FUMICULTURA?

A fumicultura é uma atividade agrícola fundamental para a agricultura familiar, gerando renda para muitas famílias. Contudo, ela apresenta vários riscos à saúde dos trabalhadores. Esses riscos são divididos em físicos, químicos, mentais e ergonômicos, e podem afetar a saúde dos fumicultores de diferentes formas.



RISCOS OCUPACIONAIS NA SAÚDE DOS FUMICULTORES

Acadêmica: Pâmela F. de M. Herber
UNISUC - Universidade de Santa Cruz do Sul



PRINCIPAIS RISCOS PARA OS FUMICULTORES

1- Riscos Físicos

- Exposição ao sol intenso, que pode causar queimaduras solares e problemas na pele.
- Movimentos repetitivos e posturas inadequadas, resultando em dores musculares e lesões articulares.

2- Riscos Químicos

- Intoxicação por agrotóxicos: Os fumicultores estão frequentemente expostos a agrotóxicos, que podem causar efeitos graves à saúde, como intoxicações agudas e crônicas, problemas respiratórios, e câncer.
- Exposição à Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT), que afeta principalmente os pulmões.

3- Riscos Mentais

- Stress devido à alta carga de trabalho e à pressão constante por produtividade.
- Falta de apoio psicológico, o que pode levar a quadros de ansiedade e depressão.



4- Riscos Ergonômicos

- Posturas inadequadas durante o trabalho, como agachar-se ou carregar pesos de forma incorreta, podem gerar lesões musculoesqueléticas.



De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil é o terceiro maior produtor de tabaco em folha e o principal exportador do mundo. Atualmente, seis das 15 principais cidades produtoras de fumo no Brasil estão localizadas no estado do Rio Grande do Sul (RS), em ordem decrescente de produção: Canguçu, Venâncio Aires, São Lourenço do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul e Vale do Sol (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

ESTATÍSTICAS DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS

- A intoxicação por agrotóxicos é um dos principais problemas de saúde entre fumicultores. Estudos mostram que uma grande parte dos trabalhadores rurais está exposta a agrotóxicos sem o uso adequado de EPIs. Muitos casos de intoxicação não são registrados corretamente, o que dificulta a ação preventiva.
- Sinais de intoxicação aguda por agrotóxicos incluem: tontura, náusea, dor de cabeça, dificuldade respiratória e irritação nos olhos. Esses sintomas exigem atendimento médico imediato.
- Entre 2011 e 2018, o Rio Grande do Sul registrou 3.122 casos suspeitos de intoxicação exógena por agrotóxicos, evidenciando uma preocupante questão de saúde pública. A maioria das notificações envolveram homens, representando 64% (1.987) dos casos, e a faixa etária mais afetada foi entre 20 e 49 anos, correspondendo a 56% (1.740) das ocorrências.

1. FREITAS, A. B. DE; GARIBOTTI, V. Caracterização das notificações de intoxicações exógenas por agrotóxicos no Rio Grande do Sul, 2011-2018. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/ess/a/a0368RCVVRH4Y6SJBH5p0C077/format.html?lang=pt>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

2. BORTOLOTO, C. C. et al. Exposição a agrotóxicos: estudo de base populacional na zona rural do sul do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/articulo/abridir/2020.v23/8200027/>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

PRÁTICAS SEGURAS NO TRABALHO E CUIDADOS DE SAÚDE

1- **Uso Correto dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual)**

Para evitar intoxicações e doenças, é fundamental usar os EPIs de forma correta:

- Máscaras e respiradores para evitar inalação de substâncias tóxicas.
- Luvas, botas e roupas adequadas para proteger a pele do contato com agrotóxicos e a folha verde do tabaco.

2- **Descarte Adequado de Embalagens de Agrotóxicos**

- O descarte correto das embalagens de agrotóxicos é essencial para prevenir a contaminação do solo e da água. Nunca reencarregue embalagens de agrotóxicos e siga as orientações para o descarte adequado nos locais apropriados.

3- **Práticas de Higiene Pessoal**

- Lavar as mãos frequentemente, especialmente após o manuseio de produtos químicos.
- Trocar de roupas após o contato com agrotóxicos e tomar banho para remover qualquer resíduo tóxico da pele.
- Evitar comer, beber ou fumar durante o trabalho, principalmente após o manuseio de agrotóxicos.

4- **Reconhecimento dos Sintomas de Intoxicação e DFVT**

- Sintomas de intoxicação por agrotóxicos incluem tontura, náusea, falta de ar, dor de cabeça, entre outros. Ao perceber esses sintomas, é importante procurar atendimento médico imediato.
- Sintomas da Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) incluem dificuldade respiratória, tosse crônica e secreção pulmonar. Fumicultores devem ser monitorados para detectar precocemente essa condição.